

Brasília, 07 de fevereiro de 2011 às 10h07
Seleção de Notícias

Negociações Internacionais
Clipping Nacional

Valor Econômico/BR

Veja mais

Indústria sugere prazo maior para pagar impostos 5
CAPA

CNI | Paulo Skaf

Fiesp quer mais prazo para pagar imposto 5
BRASIL | MARTA WATANABE

Temas de Interesse | Reforma Tributária

ICMS é o tributo que mais pesa 9
BRASIL

CNI | Paulo Skaf

Indústria e Fazenda debatem substituição tributária 10
BRASIL

Temas de Interesse | Seção Economia - mídia nacional

Siderurgia volta a crescer na Europa 11
EMPRESAS | ASSIS MOREIRA

Temas de Interesse | Seção Economia - mídia nacional

Excedente cria incerteza sobre recuperação global 14
EMPRESAS | ASSIS MOREIRA

Temas de Interesse | Seção Economia - mídia nacional

Cotação do minério deve subir 20% este ano 15
EMPRESAS | ASSIS MOREIRA

Veja mais

O desafio da inflação 16
CAPA

Temas de Interesse | Seção Economia - mídia nacional

Inflação em alta é desafio para BCs no mundo e no Brasil, afirma BNP 16
FINANÇAS | ANGELA BITTENCOURT

Temas de Interesse | Comércio Internacional

Commodities Agrícolas 20
AGRONEGÓCIOS

Temas de Interesse | Comércio Internacional

Governo avalia alternativas às barreiras antidumping para conter importações 21
BRASIL | SERGIO LEO

Temas de Interesse | Comércio Internacional

Estoques de fertilizantes têm leve queda 23
AGRONEGÓCIOS | FERNANDO LOPES

Veja mais

Defensivo irregular chega a 11%	25
----------------------------------------------	-----------

AGRONEGÓCIOS

O Estado de S. Paulo/BR

CNI

Desindustrialização não preocupa a Vale	26
------------------------------------------------------	-----------

NEGÓCIOS

Temas de Interesse | Seção Economia - mídia nacional

Exportar urânio exige investimento de R\$ 10 bilhões	27
-------------------------------------------------------------------	-----------

ECONOMIA | MARTA SALOMON

Veja mais

Rumo do Programa Nuclear é incerto	30
-------------------------------------------------	-----------

ECONOMIA | MARTA SOLOMON

Temas de Interesse | Comércio Internacional

Custos das escolhas das políticas econômicas	31
-----------------------------------------------------------	-----------

ECONOMIA | ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

Folha de S. Paulo/BR

Temas de Interesse | Infra-Estrutura

Evo Morales sofre humilhante derrota	33
---------------------------------------------------	-----------

THE NEW YORK TIMES

O Globo/BR

Temas de Interesse | Comércio Internacional

Crise no Egito pode afetar economia brasileira	35
-------------------------------------------------------------	-----------

O MUNDO | AGUINALDO NOVO E FABIANA RIBEIRO

Brasil Econômico/BR

Veja mais

Secretário americano visita o Brasil	37
---------------------------------------------------	-----------

NESTA EDIÇÃO

Veja mais

EUA vêm ao Brasil de olho em parcerias	38
-----------------------------------------------------	-----------

CAPA

Temas de Interesse | Comércio Internacional

Câmbio e matérias-primas reaproximam EUA do Brasil	38
-----------------------------------------------------------------	-----------

BRASIL | CAROLINA ALVES

Aviso

07 de fevereiro de 2011, 08:37

O veículo Valor Econômico publica hoje o especial Valor Investe - Carona no crescimento, que está em processo de clipagem. A conclusão está prevista para as 11h00.

Indústria sugere prazo maior para pagar impostos **A5**

Fiesp quer mais prazo para pagar imposto

BRASIL

Marta Watanabe

Em média, **indústria** recebe o pagamento por uma mercadoria 49 dias após recolher os tributos

Cerca de 60 dias depois que copos e utensílios de vidros deixam a fábrica de Suzano ou da capital paulista rumo a algum ponto de venda dos clientes varejistas, a fabricante Nadir Figueiredo recebe o valor da venda dos produtos. Isso, em média. Grandes supermercados às vezes negociam prazos maiores. No caso da Fidalga, fabricante de escovas, o prazo médio de 60 dias costuma se aproximar dos três meses quando o varejista conta o prazo de pagamento ao fornecedor somente a partir da entrega das mercadorias.

Mesmo demorando 60 ou 90 dias para receber pelas mercadorias, porém, as duas companhias recolhem os tributos devidos pela venda dos produtos até o fim do mês seguinte. Ou seja, pagam os tributos antes de ter recebido pela venda que deu origem à cobrança dos impostos e contribuições.

Nem sempre, porém, há recursos em caixa para pagar os impostos. Nesse caso, a alternativa para não cair na inadimplência é ir para o mercado financeiro e usar o empréstimo para ficar em dia com o Fisco.

Atualmente o descompasso entre o prazo para recolhimento de tributos e o recebimento das vendas para a **indústria** de transformação é, em média, de 49 dias. Isso criou, em 2010, um custo financeiro total de R\$ 8,9 bilhões ao longo de toda a cadeia produtiva da **indústria** de transformação.

Os cálculos são do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)** e servem de base para um documento que será encaminhado hoje pela entidade ao governo federal. A **Fiesp** considerou o custo relativo aos juros no crédito tomado para pagamento dos impostos e também o custo financeiro no uso de capital próprio, em razão da perda de rentabilidade sofrida pelo recurso não estar mais disponível. O cálculo também levou em conta o impacto do repasse do custo financeiro nos preços.

A **Fiesp** deve pedir ao governo federal prorrogação em 60 dias dos prazos de pagamentos de tributos. O pleito será levado também aos Estados. Para que o impacto na arrecadação seja amenizado, a **Fiesp** propõe que a cada mês o prazo seja alongado em cinco dias além do vigente. Assim em 12 meses podem ser atingidos os 60 dias.

Continuação: Fiesp quer mais prazo para pagar imposto

Segundo levantamento da **Fiesp**, as **indústrias** recebem o pagamento dos clientes 55 dias após as vendas, em média. O ciclo médio de produção da **indústria** de transformação é de 72 dias. Levando em conta que há tributos gerados desde o início do ciclo de produção - os tributos pagos sobre a folha de salários, por exemplo -, o descompasso entre o recolhimento do tributo e o recebimento da venda pode chegar a 127 dias.

Nem sempre eu preciso recorrer ao mercado financeiro. Mas mesmo quando eu não faço isso, há uma perda, porque a disponibilidade de caixa poderia ser aplicada para outras coisas, como investimento, diz Raul Antonio de Paula e Silva, 1º secretário do conselho de administração da Nadir Figueiredo. Ele lembra que a empresa planeja dobrar a capacidade de produção da fábrica mantida em Suzano, no interior paulista. Se eu não tivesse esse custo com o pagamento dos tributos, eu poderia estar com esse projeto em estágio mais adiantado.

Silva explica que a empresa já investiu R\$ 35 milhões para a construção de um local de armazenamento para produtos acabados. A fábrica em Suzano, que atualmente produz 190 mil toneladas diárias, deverá ter capacidade de produção dobrada no fim de 2013 ou início de 2014. Sem a necessidade de antecipar os impostos, eu poderia adiantar isso em cerca de seis meses, diz.

Manolo Canosa Miguez, presidente da Escovas Fidalga, também diz que, de qualquer forma, o pagamento adiantado de tributos tira o fôlego da empresa. A Escovas Fidalga recorre ao mercado financeiro em momentos tradicionalmente de menor disponibilidade de caixa. O fim de ano, quando precisamos pagar o 13º salário, é um bom exemplo, diz. Quando há caixa não precisamos de crédito, mas com o recurso comprometido com os impostos, deixamos de fazer uma inovação ou melhoria tecnológica, afirma.

Miguez lembra que um dos tributos mais pesados é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) cobrado pelos Estados. Principalmente em razão da substituição tributária, que faz a **indústria** atualmente antecipar para as Fazendas estaduais o imposto que vai ser recolhido pelo varejista. Nós na verdade estamos financiando o varejista. Porque pagamos para ele o imposto que vai dentro do preço da mercadoria. Mas nós recebemos somente depois de 60 ou 90 dias. Segundo ele, a antecipação de **ICMS** tira de 13% a 16% da disponibilidade de caixa mensal da fabricante de escovas.

Paulo Skaf, presidente da **Fiesp**, lembra que o descasamento entre as datas de recolhimento do imposto e de faturamento tem origem no período de alta inflação. Antes, explica, os tributos chegavam a ter prazo de recolhimento de 120 dias. E os prazos de pagamento das vendas eram igualmente dilatados. Quando a inflação passou a aumentar, as empresas passaram a dar prazo menor de pagamento e o governo também reduziu o prazo para pagamento dos impostos, diz Skaf. O problema é que depois a inflação foi reduzida e as empresas voltaram a dar maior prazo aos clientes, mas o governo não voltou a dar mais tempo para pagar tributos.

O descasamento traz um custo financeiro que é repassado aos preços, diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor do Decomtec. O levantamento da **Fiesp** mostra que 0,61% do preço final dos produtos **industriais** decorre do carregamento desse custo. O impacto é maior em razão da pesada carga tributária e dos juros elevados.

Quem perde mais é a empresa média, diz Silva, da Nadir Figueiredo. Há linhas de crédito especiais para as pequenas empresas e as grandes companhias têm capacidade de negociação. As médias não possuem nenhuma das duas vantagens.

Quando se trata de competitividade e concorrência com importados, diz Roriz, a tendência é de perda pa-

Continuação: Fiesp quer mais prazo para pagar imposto

ra toda **indústria** brasileira. O descasamento entre o pagamento de impostos e o recebimento pelas vendas contribui para tirar a competitividade, mas é um problema simples de ser resolvido.

A prorrogação em 60 dias dos prazos para pagamento em impostos amenizaria o problema do descasamento, diz Roriz. Segundo o estudo, com a

medida, 45,7% dos tributos recolhidos pela **indústria** ainda seriam pagos antes do recebimento das vendas. Mas restariam 54,3% que poderiam ser aplicados na produção **industrial**.

Continuação: Fiesp quer mais prazo para pagar imposto

Falta de compasso

Intervalo entre data de recolhimento do tributo e recebimento da venda

Tributo	Número de dias	Tributo	Número de dias
IOF	114	PIS insumo	56
FGTS	105	ICMS venda	31
INSS	92	IPI venda	25
IRPF	92	Cofins venda	15
Imposto de Importação	56	PIS venda	15
IPI Importação	56	CSLL	10
ICMS insumo	56	IRPJ	10
IPI insumo	56	Demais e não administradas	97
Cofins insumo	56	Média ponderada*	49

Fonte: Decomtec/Fiesp. * Ponderação de acordo com o valor recolhido por tributo

(continuação de: Fiesp quer mais prazo para pagar imposto)

ICMS é o tributo que mais pesa

BRASIL

Atualmente as **indústrias** recolhem 93,5% do seus tributos antes de receber pelas vendas. Segundo estudo da **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)** a cobrança que mais pesa no setor é feita pelos Estados, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**), responsável por 28,9% do valor total recolhido.

O **ICMS** acaba tendo impacto sobre as **indústrias** tanto durante o processo de produção, na compra de insumos, quanto na distribuição de mercadorias, quando é devido sobre as vendas. O **ICMS** deve ser recolhido até o dia 9 do mês subsequente ao do fato que deu origem ao pagamento do imposto. Quando se trata do **ICMS** devido sobre a compra de insumos, o imposto é recolhido 56 dias antes do recebimento da venda da mercadoria. No caso do **ICMS** que a **indústria** recolhe sobre a venda, o descompasso diminui para 31 dias. O estudo da **Fiesp** não levou em consideração o efeito da substituição tributária, me-

canismo que antecipa na **indústria** a cobrança do imposto para toda a cadeia comercial e que contribui para aumentar ainda mais o descasamento de prazos.

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) é o segundo tributo que mais pesa para a **indústria** e corresponde a 15,8% da carga. De forma semelhante ao **ICMS** ele tem sua carga dividida como custo de produção e de venda para a **indústria**. Calculada sobre a folha de salários, a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pesa menos no total da carga tributária - 12,8% -, mas tem a desvantagem de estar totalmente atrelada ao estágio da produção. Isso faz com que ela seja recolhida 92 dias antes de a empresa receber pela venda do produto fabricado. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é o tributo mais antecipado, recolhido 114 dias antes da venda, mas é o que menos pesa na carga da **indústria**. (MW)

(continuação de: *Fiesp quer mais prazo para pagar imposto*)

Indústria e Fazenda debatem substituição tributária

BRASIL

A Secretaria da Fazenda de São Paulo e a **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)** irão montar em conjunto cinco grupos para estudar questões tributárias que vão desde substituição tributária até mudanças legislativas. A informação é do presidente da entidade, **Paulo Skaf**. Segundo ele, a formação dos grupos foi resolvida em almoço com o secretário de Fazenda, Andrea Calabi. Os grupos deverão começar a ser montados esta semana e terão membros da **Fiesp** e da Fazenda. Procurada, a Secretaria da Fazenda confirma a criação de grupos para estudar questões tributárias e diz que os temas deverão passar por ajustes.

O presidente da **Fiesp** diz que um dos grupos analisará o aperfeiçoamento da substituição tributária, sistema de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) pelo qual a **indústria** antecipa o imposto devido nas etapas seguintes de comercialização da mercadoria. Segundo Skaf, a entidade não pede a eliminação da sistemática, mas a revisão para segmentos nos quais há distorções. Ampliada na gestão anterior, a substituição tributária foi uma das marcas do governo José Serra (PSDB) e alvo de atritos entre a Fazenda e as empresas.

Outro dos cinco grupos será emergencial, para analisar a proposta do senador Romero Jucá (PMDB-RR) para uma nova resolução que deverá alterar as alíquotas de **ICMS** sobre operações interestaduais de mercadorias procedentes do exterior. A proposta do senador estabelece alíquota zero para essas transferências. Atualmente, a operação interestadual é tributada com alíquotas de 7% ou 12%.

Isabela Schenberg Frascino, do escritório Levy & Salomão, explica que a alíquota zero valeria somente para os casos em que a mercadoria importada do exterior não passa por processo de industrialização e é remetida a outro Estado diretamente pelo importador. A ideia da proposta, diz, é neutralizar os incentivos fiscais dados por alguns Estados na importação de produtos.

Com alíquota zero, diz Isabela, quem recebe a mercadoria no Estado de destino deixa de aproveitar o crédito de 7% ou 12% da transferência interestadual, o que pode tornar a operação desinteressante.

Skaf lembra, porém, que a proposta pode prejudicar os produtos nacionais, porque criaria uma carga tributária menor sobre os importados na comparação com os fabricados internamente. Principalmente quando se leva em conta a comercialização por empresas que não tomam crédito de **ICMS**, como as empresas do Simples. Como elas não tomam o crédito, a compra do importado com alíquota interestadual zero pode ser interessante. Segundo ele, a ideia do grupo emergencial é estudar uma proposta de alteração do texto. Para Skaf, pode-se aproveitar a mudança de alíquotas interestaduais para começar a estabelecer uma cobrança de **ICMS** mais voltada ao destino do que à origem.

Além da substituição tributária e da proposta de alteração da alíquota interestadual, os grupos conjuntos também deverão estudar temas como programa de parcelamento de impostos, desoneração de investimentos e **reforma tributária**, o que englobaria também questões de guerra fiscal. (MW)

Siderurgia volta a crescer na Europa

EMPRESAS



Moffat, diretor-geral da Eurofer, que reúne os produtores europeus, diz que maior problema para o setor na região neste momento é aço turco e não o chinês

Setor fechou no azul em 2010 e previsão é crescer 4% este ano

Assis Moreira

De Bruxelas

A **indústria** siderúrgica na Europa diz que vai continuar a combater a alta de preço do minério de ferro e prevê problemas com importações baratas originárias da Turquia e da China, mas no geral avalia que as perspectivas em 2011 são boas graças ao desempenho da Alemanha.

"Os produtores de aço europeus já ganharam dinheiro no ano passado e vão continuar lucrando este ano", diz Gordon Moffat, diretor-geral da Eurofer, representante de um setor que atingiu faturamento de EUR 190 bilhões no ano passado.

A Eurofer projeta expansão de 4% no consumo real de aço em 2011 e 2012 - inferior aos 5,1% global e metade da alta de 9% prevista nas Américas. A retomada vem após o desmoronamento da produção, demanda e exportações em 2008\2009.

Apesar da melhora, o consumo continuará inferior aos níveis de antes da pior recessão global dos últimos tempos. As importações caíram bastante comparadas a 2006\08. A Europa produz 200 milhões de toneladas de aço e a capacidade é de 240 milhões.

A utilização continua abaixo do nível pré-crise (95%).

Mas, em entrevista ao Valor, Moffat insiste na "enorme diferença" entre a realidade e a percepção da opinião pública sobre a situação econômica da Europa.

O setor aposta na Alemanha, locomotiva da Europa, "que está em pleno boom". Sua **indústria** registra o maior crescimento desde a reunificação do país. Os nórdicos e França não ficam muito atrás. "A situação é bem diferente daquela de países periféricos em crise", argumentou.

Os setores que mais utilizam aço mostram recuperação. A demanda do produto para construção, que representa 27% do consumo total de aço na Europa, pode crescer ligeiramente este ano depois de ter provocado queda geral do consumo nos últimos três anos.

Investimentos estão sendo retomados nas **indústrias** de máquinas e equipamentos, também sustentando o consumo de aço.

Antes o crescimento era baseado nas exportações, com encomendas enormes da China, do Brasil e outros, mas agora há também mais demanda interna.

"A recuperação da **indústria** manufatureira está substituindo a reposição de estoque como principal fator de crescimento do consumo de aço", afirmou.

Os produtores europeus estão espremidos entre alta

Continuação: Siderurgia volta a crescer na Europa

dos custos das **commodities** e o fraco poder de barganha com grandes clientes, como o setor automotivo.

Para o diretor da Eurofer, o maior problema do setor é a alta do preço do minério de ferro.

Moffat pode falar horas sobre o tema, queixando-se da concentração de 70% da produção e comércio nas mãos da Vale, BHP Billiton e Rio Tinto.

"Há problemas sérios de concentração, que provoca volatilidade de preços e é muito perigosa.

Mas até agora as companhias siderúrgicas repassaram os preços", disse. A queixa é geral sobre o novo sistema trimestral de preço do minério de ferro, que substitui o reajuste anual. "Na crise, o preço do aço caiu 50%, mas o minério de ferro subiu 100%. Isso não é normal", insiste.

A Eurofer continua ameaçando os três grandes produtores.

Primeiro, abriu queixa formal junto à Comissão Europeia contra a fusão bilionária da BHP e Rio Tinto, que foi adiada após Bruxelas sinalizar sua oposição ao novo grupo com US\$ 120 bilhões de faturamento anual. A UE não abriu investigação sobre preços, mas monitora o mercado.

"A UE mostrou que não aceitará nova fusão, mais concentração, que já foi longe demais no minério de ferro", comemora Moffat, sem porém esperar preços menores por parte das três grandes.

"Elas têm tanto poder que podem impor a cotação. Se um comprador não está contente, outros estão prontos a comprar, sobretudo os chineses, com apetite enorme pela commodity." A siderurgia europeia enfrenta também crescente concorrência de produtores baratos. Mas a maior preocupação no momento é a Turquia, e não a China. "Os turcos são um problema

para nós, assim como são para os brasileiros", diz Moffat. A Turquia negocia sua eventual adesão a UE. E parte da discussão é o acordo de reestruturação de seu setor siderúrgico.

Os turcos dizem ter excesso de capacidade de 11 milhões de toneladas de produção longa, mas penúria de aço plano. E seu projeto é de aumentar a capacidade atual de 38,5 milhões de toneladas por ano para 51 milhões em 2015. "Vai sobrar muito aço. Eles vão exportar para a Europa?" Com a China, o momento é de trégua. As importações procedentes da China caíram mais de 80% comparadas ao pico de 2007. Mas o poder chinês continua assustando os europeus.

Moffat lembra que a China, nos anos 80, produzia 30 milhões de toneladas e passou hoje para 650 milhões, três vezes mais que a Europa e seis vezes mais que os Estados Unidos e o Japão.

O mercado siderúrgico mundial aumentou 70% desde 1980 por causa da China. Sua capacidade é enorme. Pequim argumenta que é para servir a demanda interna.

Mas admite ter 150 milhões de toneladas, três vezes mais que a produção brasileira, para exportação. Os europeus acreditam, porém, que é próximo das 200 milhões de toneladas.

Em alguns anos, a China multiplicou as exportações de aço para a Europa de 300 mil para 12 milhões de toneladas por ano. Em 2006, a UE reagiu com três investigações antidumping contra o aço chinês. Só uma foi aprovada. "Os chineses estavam em outra frente de briga também com os EUA. E entenderam que teriam o mercado fechado.

Para evitar mais tensão com a Europa, tiveram a inteligência de frear as exportações, mas não sem antes esperar muito e ameaçar **industriais** europeus instalados na China." Hoje, Pequim exporta de 6 a 8 milhões de toneladas para a Europa, 25% das

Continuação: Siderurgia volta a crescer na Europa

importações totais da UE, comparado a 36% em 2007. "Depois da crise, eles tomaram o rumo dos mercados emergentes, como o do Brasil. São muito comerciantes. Aceitam margens tão baixas que ninguém na Europa ou no Brasil jamais vai aceitar. Se encontram oportunidades num mercado, logo decidem inundá-lo." Para Moffat, a evidência é que os chineses têm capacidade de fazer desmoronar os mercados. Por isso, sugere adoção de instrumentos comerciais, como antidumping, mas também diálogo com Pequim. "Não se deve tratar os chineses como idiotas, porque eles são hábeis. Vamos ter problemas com eles de novo no futuro." Ainda mais que a Europa está perdendo exportações para a China no Brasil e outros mercados.

O problema não é maior, segundo Moffat, porque a Europa foca na venda de produtos de valor agregado, e os chineses em produtos de massa.

Com relação ao Brasil, o interesse dos europeus continua sendo grande. O diretor da Eurofer estima que três quartos da siderurgia brasileira é europeia, para se beneficiar do minério de ferro local. "Apesar do problema cambial, uma ou duas mais estão interessadas em se instalar no Brasil. Outra possibilidade é a Rússia, com minério mais próximo", diz, sem revelar nomes.

No geral, diz Gordon, "todo mundo vai ter lucro na si-

derurgia na Europa". Atribui isso ao fato de o setor ter passado por forte reestruturação nos anos 80, se modernizou e diz não depender mais de subsídios.

Também vê mais apoio dos políticos pela siderurgia na Europa depois da crise global, que desestabilizou particularmente a Grã Bretanha, país que apostou no setor de serviços financeiros.

"Estamos no começo de uma reindustrialização da Europa. Antes alguns políticos falavam que era loucura o setor siderúrgico, longe do minério de ferro. Agora, existe mais consciência de que a siderurgia é essencial para uma **indústria** moderna. E não temos alternativa.

Vamos deslocar nossa **indústria** pesada para o Brasil? O que fazer com o emprego? Temos que aceitar o mundo como ele é." Para Gordon Moffat, a reindustrialização europeia vai causar pânico nos ambientalistas, mas insiste que a mudança climática precisa de solução **industrial** e técnica.

"A eficiência energética necessitará de turbinas, equipamentos ambientais para reduzir as emissões e Fonte: Raw Materials Group para isso é preciso ter aço."

(continuação de: Siderurgia volta a crescer na Europa)

Excedente cria incerteza sobre recuperação global

EMPRESAS

Assis Moreira

De Bruxelas

A situação da **indústria** siderúrgica mundial é "flutuante e difícil", apesar da leve recuperação ocorrida no ano passado, segundo o Comitê de Aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para o comitê, **indústria** e governos enfrentam situação incerta sobre o futuro do setor. Considera que a capacidade mundial excedente, de 300 milhões de toneladas em 2010, pode ameaçar sua solidez econômica. No curto e médio prazo, as perspectivas são cautelosas também por riscos de degradação da economia mundial.

A demanda global de aço pode aumentar 5,3% em 2011, segundo a Associação Mundial de Aço.

A taxa de expansão mais forte deve ocorrer na Rússia e ex-repúblicas soviéticas, com 11%; seguido pelas

Américas com 9%; Europa com mais de 5%; e na Ásia 4,1%.

A retomada do consumo de aço, impulsionada pela expansão da atividade **industrial**, e uma forte alta nos preços de matérias primas deverão manter os preços elevados em 2011.

Outro fator é o abastecimento mundial de matérias-primas para a siderurgia, com adoção de restrições a exportação pela Índia e Malásia, além de taxas na Índia, China, Vietnã e Argentina.

A China aumentou sua presença no comércio global de aço, mas analistas não acreditam que o país se tornará um grande exportador no curto prazo, pelo menos até que os gastos em infraestrutura no país diminuam.

Para a consultoria sueca Raw Materials Group, o crescimento da produção global de aço deverá ficar em 3,4% entre 2010\20, a metade da expansão média de 6,8% registrada entre 2000\07. (AM)

(continuação de: Siderurgia volta a crescer na Europa)

Cotação do minério deve subir 20% este ano

EMPRESAS

Assis Moreira

De Bruxelas

O preço de minério de ferro, que bateu recorde de alta em meados de janeiro, deve ficar pelo menos 20% mais alto do que em 2009, avalia Per Storm, analista da consultoria Raw Materials Group, que faz relatórios junto com a Agência das Nações Unidas para Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

Ele prevê também preços de coque bastante altos, embora menor do que o nível atual, pelos próximos anos, de forma que a **indústria** siderúrgica acabará repassando parte do custo para seus clientes e assim contribuindo para a inflação.

A Eurofer, que representa mais de 500 usinas de aço na Europa, diz que o setor vem repassando os preços do minério de ferro, de forma que o custo final de produtos como carros e máquinas de lavar ficam mais caras.

Além do preço, um dos problemas para a siderurgia é que a Índia, terceiro maior exportador de minério de ferro, acabou restringindo suas vendas depois de problemas no estado de Karnataka.

O Irã, embora pequeno produtor, também retém as exportações para assegurar o abastecimento da siderurgia nacional.

Igualmente, alguns projetos de expansão da produção de minério de ferro na Austrália enfrentam atrasos, segundo analistas.

A produção na China cresceu ligeiramente, para 300 milhões de toneladas, metade do que exporta.

Mas seu minério é de pouca qualidade e caro para ser explorado, segundo analistas.

A expectativa é de que a Vale, BHP Billiton e Rio Tinto, que detém 70% do mercado, anunciarão lucros bilionários relacionados a 2010. (AM)

O desafio da inflação

CAPA



A inflação corrente está alta e as expectativas comprometidas. De forma inédita, a projeção para o IPCA no fim de 2012 já escapou do centro da meta, fixada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional. C8

Inflação em alta é desafio para BCs no mundo e no Brasil, afirma BNP

FINANÇAS



Marcelo Carvalho, do BNP: "Os bancos centrais dos países emergentes estão subindo o juro menos e/ou mais tarde do que seria o recomendado se estivessem observando basicamente a inflação"

Projeção para IPCA de 2012 já começa a escapar do centro da meta

Angela Bittencourt
De São Paulo

A inflação corrente está alta e as expectativas comprometidas.

No Brasil e no mundo. Aqui, fato inédito, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) praticamente dois anos à frente - final de 2012- já escapou do centro da meta fixada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional. Para este ano, a estimativa está mais que descolada da meta central,

Continuação: Inflação em alta é desafio para BCs no mundo e no Brasil, afirma BNP

indicando desancoragem das expectativas.

Apenas a confiança de que bancos centrais manterão os índices sob controle não está produzindo efeito. De novo, isso vale para o Brasil e para o mundo.

A pesquisa Focus, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BC), que sai nesta segunda-feira, deve marcar a segunda semana de previsão inflacionária fora do lugar esperado pelo BC. Na última edição da pesquisa, a projeção mediana do mercado para o IPCA era de 4,70% para o ano que vem. Para este ano, a projeção, em alta há mais de dois meses, avança rumo a 6%. Ainda sem avaliação precisa a respeito do impacto das medidas macroprudenciais em termos de taxa de juro, o mercado elevou há uma semana a perspectiva de Selic para este ano. Para o próximo, o prognóstico foi revisto para cima há duas semanas.

"A pesquisa Focus mostra desancoragem séria das expectativas já para 2011 há algum tempo e agora, crucialmente, para 2012.

É inédito o fato de a projeção para inflação do ano subsequente já estar escapando do centro da meta", alerta Marcelo Carvalho, economista-chefe do BNP Paribas para a América Latina.

"Expectativas [descoladas da meta] no ano corrente dá para entender, porque são influenciadas também por choques de curto prazo. Mas dois anos à frente é mais difícil. No passado, o mercado percebia a inflação saindo do centro da meta, mas confiava que o BC a traria de volta. Agora há uma nova situação. E ela encontra paralelo com o cenário global, onde a inflação é centro de discussão entre economistas e onde as expectativas também estão subindo. A inflação está de volta. Veio para ficar e é tema global.

O mercado internacional já reavalia, por exemplo, quando o Banco Central Europeu elevará o juro, inclusive, porque já vem se manifestando de forma mais dura sobre a inflação", acrescenta.

Carvalho acaba de retornar de Nova York, onde participou da conferência anual e global do BNP sobre macroeconomia e inflação e comenta que a mensagem do encontro com economistas do mundo todo foi exatamente a do retorno da inflação. E considerando quatro aspectos: hiato do produto, condições da política monetária, expectativas e choques de preços. Ele explica que apesar da crise financeira de 2008, a economia mundial indica que a "fuga" na oferta frente à demanda foi ampliada, mas já está fechando. "A projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os próximos anos, por exemplo, indica que o mundo crescerá acima do potencial [ritmo que viabiliza crescimento sem pressões inflacionárias]. Há dispersão entre os países, mas, na média, o crescimento global será acima do potencial. E essa variância na perspectiva de crescimento reflete na inflação. Países que estão com atividade forte estão com inflação alta, enquanto os que estão com atividade fraca não têm deflação tão intensa para compensar a pressão altista dos demais. A consequência é inflação global alta e crescente porque os emergentes puxam a média global." Quanto à política monetária, Carvalho pondera que ela não está tão apertada. Ao contrário, explica, está de neutra para frouxa.

Indicadores de condições monetárias construídos pelo BNP, que além do juro incluem câmbio e crédito, mostram que nas economias, agora mais fracas, a política monetária é acomodatória. E nas economias mais aquecidas a política monetária não é tão apertada como deveria. E isso também vale para o Brasil, na avaliação do economista-chefe do BNP Paribas para a América Latina. "A política monetária menos apertada nos países emergentes decorre da disposição dos governos de evitar a apreciação de suas moedas.

Enquanto os Estados Unidos desejam inflação com expansão monetária, o que enfraquece o dólar, o resto do mundo não quer suas moedas fortes ante o dólar. Resultado: o canal do câmbio está parcialmente blo-

Continuação: Inflação em alta é desafio para BCs no mundo e no Brasil, afirma BNP

queado.

Uma valorização da taxa de câmbio, aqui e em outros países, que normalmente levaria a um aperto das condições monetárias não está ocorrendo na intensidade necessária." Marcelo Carvalho comenta que no Brasil e no mundo a percepção, correta ou não, é de que os bancos centrais - na gestão da política monetária - estão levando em conta outros fatores além da inflação. "Que fatores são esses? No mundo emergente, o câmbio. Os bancos centrais dos países emergentes estão subindo o juro menos e\ou mais tarde do que seria o recomendado se estivessem observando basicamente a inflação. E isso acontece porque um aumento mais forte ou mais rápido dos juros pode acelerar o movimento de apreciação cambial que os países estão tentando evitar. Isso vale para o Brasil também.

O governo, afinal, vem dando todas as indicações que se preocupa com o câmbio e que não deixará o câmbio se valorizar tão forte ou tão rapidamente quanto as condições de mercado a p o n t a m", afirma.

Quanto aos choques de preços, quarto aspecto a ser considerado sobre a volta da inflação, o economista do BNP Paribas comenta que "choque é um termo genérico para falar de **commodities** em geral e de alimentos em particular". Ele explica que ficou evidente na conferência global do BNP que há um intenso debate sobre o acompanhamento dos índices de inflação sob esse foco.

"Os BCs devem olhar os núcleos ou os índices cheios? A pergunta surge porque olhar um ou outro não é suficiente. Nas economias desenvolvidas os núcleos seguem relativamente baixos, mas a inflação

cheia está subindo. E a diferença entre as duas leituras é tipicamente preços de alimentos e energia ou petróleo. E a lógica por detrás dessa questão é que alimento e petróleo tendem a ser voláteis e temporários. Mas essa lógica só funciona se alimentos e energia tiverem, de fato, componente volátil, mas permanecerem, em média, estáveis. E o que vemos é que há volatilidade com tendência de alta. Os preços das **commodities** são voláteis, mas sobem há vários anos." A percepção externa, segundo Carvalho, é que o mundo está vivendo um super ciclo de aumento de **commodities**. "Isso faz sentido pelas condições atuais. Em primeiro lugar, porque há ampla liquidez global com investidores buscando rentabilidade porque o juro está baixo na maioria dos países e especialmente nos Estados Unidos. Em segundo lugar, há um fator fundamental de oferta e demanda. Não se consegue oferta rápida de alguns produtos.

Exemplo, soja. E do lado da demanda, a tendência parece claríssima.

Enquanto a Ásia emergente crescer forte, há um aumento importante na demanda por **commodities** e alimentos que tem a ver com o fato de o chinês, enriquecendo, ter uma dieta diferente, consumindo mais proteína.

Simplificando, proteína é carne que leva ao consumo de soja, que é ração. Essa mudança é estrutural, de longo prazo e veio para ficar e tem a ver com o aumento da renda per capita nos países emergentes.

Em particular, China."

Continuação: Inflação em alta é desafio para BCs no mundo e no Brasil, afirma BNP

O céu é o limite

Acumulado em 12 meses - em %



Fonte: IBGE, U.S. Bureau of Labor Statistics e Bloomberg. Elaboração: Valor Data. *IPCA **IPC

Commodities Agrícolas

AGRONEGÓCIOS

Ponto de equilíbrio A avaliação de que foi exagerada a queda do açúcar no pregão de quinta-feira na bolsa de Nova York, ajudou a sustentar a alta da commodity na sexta-feira. Os contratos com vencimento em maio encerraram o dia a 30,39 centavos de dólar por libra-peso na bolsa americana, valorização de 62 pontos. Analistas ouvidos pela Bloomberg afirmaram que as condições de demanda robusta e de aperto dos estoques globais do adoçante ainda são fortes fundamentos de alta. Por isso, a profunda queda no pregão de quinta - somente o contrato maio recuou 299 pontos - não foi bem digerida pelo mercado, que voltou a pressionar por alta. No mercado interno, o indicador Cepea/Esalq para o açúcar cristal fechou em alta de 0,01% com a saca de 50 quilos a R\$ 76,97.

Exportações em alta O dólar fortalecido e sinais de aumento das exportação de cacau pela Costa do Marfim fizeram com que as cotações da amêndoa recuassem na sexta-feira na bolsa de Nova York. Os papéis com vencimento em maio encerraram o dia valendo US\$ 3.264 por tonelada, alta de US\$ 99. De acordo com a agência Dow Jones Newswires, as intenções de exportações do maior produtor de cacau do mundo, a Costa do Marfim, estiveram 37% maiores desde o início da temporada 2010/11 até a última quinta-feira, na comparação com o mesmo intervalo da safra passada. No mercado da Bahia, a arroba da amêndoa operou em leve queda, saindo de uma média de R\$ 87,33 da quinta para R\$ 86,66 na sexta-feira em Ilhéus e Itabuna, segundo a Central Nacional de Produtores de Cacau.

Melhora na economia Os preços do suco de laranja fecharam o último pregão da semana passada em alta em Nova York, pelo quinto pregão consecutivo. Os contratos para maio fecharam a US\$ 1,7125 por libra-peso, ganho de 25 pontos. Segundo a agência Dow Jones Newswires, analistas acreditam que a alta dos preços mesmo com a valorização do dólar pode ser um sinal de que o mercado tem potencial de valorização diante da recuperação da economia e da redução da oferta de laranja. Nesta semana, existe a expectativa de que o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) faça um novo ajuste em sua previsão para a safra de laranja da Flórida. Em São Paulo, a caixa de 40,8 quilos da laranja destinada às **indústrias** de suco saiu, em média, por R\$ 15 no mercado spot, segundo levantamento do Cepea.

Plantio nos EUA O provável aumento da área americana de algodão e o alívio que isso traria para os apertos dos estoques globais foram decisivos para a forte queda da commodity na sexta-feira na bolsa de Nova York. Os contratos para maio fecharam com limite de baixa (desvalorização de 400 pontos) valendo US\$ 1,63,82 por libra-peso. Pesquisa feita pela Bloomberg com seis analistas aponta que os produtores de algodão dos EUA podem aumentar a área plantada neste ano em 15% para 12,6 milhões de acres, o mais alto nível desde 2006. Os futuros da commodity mais que dobraram em 2010 com inundações no Paquistão e na Austrália afetando a oferta, em contraponto a um aumento da demanda na China. No mercado interno, o indicador Cepea/Esalq fechou em alta de 1,16% com a libra-peso a US\$ 3,7126.

Governo avalia alternativas às barreiras antidumping para conter importações

BRASIL

Sergio Leo

Instrumentos como valoração aduaneira, verificação de regras de origem e maior coordenação entre as secretarias de Comércio Exterior (Secex) e da Receita Federal serão usados para barrar importações consideradas desleais, e os empresários terão novo canal de denúncias para levar ao governo queixas contra a concorrência estrangeira. Esses são alguns dos instrumentos em estudo pelo governo para defender o setor produtivo, como anunciou o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel.

O ministério constatou que o uso das barreiras antidumping não deve ter efeito significativo sobre o volume de importações, mesmo após as medidas em preparação para acelerar os processos. A intenção de encurtar os prazos, para menos de seis meses, esbarra nas regras da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, que estabelece procedimentos-padrão rígidos, com pouca margem de manobra.

Com a digitalização dos processos do Departamento de Comércio Exterior (Decom), será possível facilitar o acesso aos documentos das partes envolvidas nas ações antidumping. Hoje, quando o processo é entregue para consulta a uma das partes, há prazos para devolução, o que atrasa as conclusões. Esse problema deve ser eliminado em breve.

Os técnicos avaliam que, explorando as possibilidades da legislação e com o reforço do time de investigadores, será possível encurtar os prazos nos processos antidumping, que hoje levam cerca de um

ano e meio. Porém, devido aos limites da **OMC**, a redução não será tão grande quanto se gostaria.

Está fora de questão descumprir as normas da **OMC**, respeitadas nos processos abertos até agora. Isso garantiu ao Brasil o título de um dos maiores responsáveis por processos antidumping sem que o país sofresse contestação de nenhuma dessas medidas de defesa comercial.

Pimentel deve propor ao Ministério da Fazenda uma maior institucionalização do trabalho conjunto entre Secex e Receita Federal, para investigar mais a fundo a entrada de mercadorias suspeitas de fraude ou irregularidades. O aperto sobre os certificados de origem dos produtos importados começou ainda no ano passado, com a decisão de reduzir o número de entidades empresariais autorizadas a emitir esses documentos.

Devem ser adotadas medidas adicionais sobre controle de regras de origem para reprimir a chamada circunvenção, pela qual produtos sujeitos a barreiras comerciais são exportados como se fossem originados de outro local, não submetido a impedimentos de importação.

Pimentel já recebeu de sua assessoria uma lista dos produtos importados em maior volume, e pediu uma análise detalhada de cada um, para verificar a existência de similares nacionais e a possível existência de elementos para abrir medidas de defesa comercial contra os importados. Os encarregados da tarefa sabem que o objetivo é explorar as possibilidades da le-

Continuação: Governo avalia alternativas às barreiras antidumping para conter importações

gislação.

Não se pensa, entretanto, em retornar ao regime de substituição de importações com critérios usados no passado, quando, segundo lembra um integrante do ministério, automóveis Porsche tinham importação

proibida porque o país tinha o Puma como similar nacional, e o uísque Johnny Walker Red Label também era barrado nas alfândegas em favor do similar Drurys.

Estoques de fertilizantes têm leve queda

AGRONEGÓCIOS

Estatísticas da **indústria** também confirmam aumento de vendas, produção e importações em 2010

Fernando Lopes
De São Paulo

Os estoques de matérias-primas intermediárias para a produção de fertilizantes disponíveis nas **indústrias** confirmaram as expectativas e encerraram 2010 em um patamar ligeiramente inferior ao de 2009. Ainda que a diferença apurada seja mínima (0,5%), o resultado consolidou a recuperação do segmento depois da crise de 2008, quando uma paradeira no mercado - também influenciada pelos reflexos do debacle do banco Lehman Brothers nos EUA - enxugou o crédito, paralisou as vendas e ampliou os estoques.

Em 31 de dezembro daquele ano, apontam estatísticas da associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), os estoques alcançaram 6,404 milhões de toneladas, 45,6% a mais que no fim de 2007. As **indústrias** tiveram que carregá-los, e por conta disso tanto a produção nacional quanto as importações recuaram em 2009.

Mas os estoques também diminuíram, para 3,470 milhões de toneladas em 31 de dezembro, e o movimento permitiu a recuperação do segmento em 2010.

Conforme a Anda, as entregas das misturadoras de adubos - companhias que fabricam o produto final a partir da mistura de nutrientes - às revendas no país somaram 24,516 milhões de toneladas, 9,4% mais

que em 2009, a produção nacional de fertilizantes intermediários cresceu 11,6%, para 9,340 milhões de toneladas, e as importações desses produtos atingiram 15,270 milhões de toneladas, um salto de 38,6% em relação ao ano anterior. As vendas se recuperaram, e a dependência das importações voltou a superar 60%, como tradicionalmente acontece.

Por ter entre os sócios empresas de capital aberto com ações negociadas em bolsa, a Anda não faz mais projeções. Mas, no segmento, a expectativa é de que 2011 seja mais um ano de crescimento, sobretudo em virtude dos preços elevados, nos mercados internacional e doméstico, da maior parte das **commodities** agrícolas produzidas no país, em um movimento que também tem valorizados as cotações do próprio insumo, que depende de derivados do nitrogênio e, por isso, guarda estreita relação com as oscilações do petróleo.

"Diferentemente do que aconteceu em 2009, os preços dos fertilizantes dispararam no fim de 2010", afirmou recentemente ao Valor Alexandre Alves, assessor técnico para cana-de-açúcar e bioenergia da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg).

Ele reforça informações da **indústria** de que há produtores de grãos do Estado que, capitalizados pela remuneradora colheita atual estão tentando antecipar as compras de fertilizantes visando o plantio da próxima safra de verão, que só começará em setembro no país.

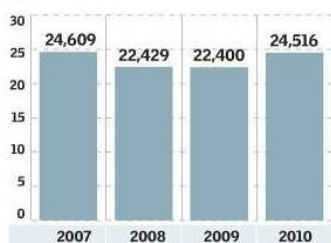
Mais sobre preços às páginas B10 e B12

Continuação: Estoques de fertilizantes têm leve queda

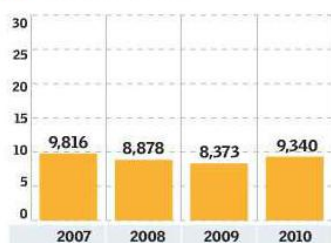
Fertilizantes no Brasil

Oferta e demanda anuais (milhões de toneladas)

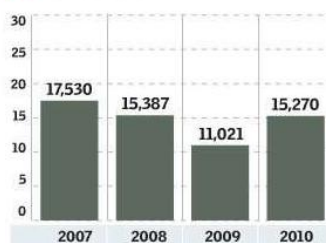
■ Entregas*



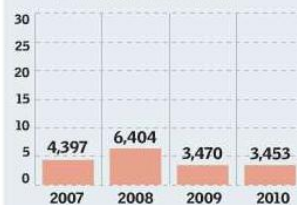
■ Produção nacional



■ Importações**



■ Estoques em dezembro ***
Em milhões de toneladas



Fonte: Anda * Ao consumidor final ** Fertilizantes intermediários *** De produtos intermediários para fertilizantes e formulações disponíveis nas indústrias em 31 de dezembro

(continuação de: Estoques de fertilizantes têm leve queda)

Defensivo irregular chega a 11%

AGRONEGÓCIOS

De São Paulo

Levantamento realizado pelo Ministério da Agricultura indica que das 650 marcas de defensivos analisadas em 2010, 74 apresentaram irregularidades - desde problemas no rótulo a usos não autorizados.

Com isso, o governo considera que 88,6% dos produtos estavam dentro dos padrões determinados.

A pesquisa do Ministério da Agricultura surge dias depois de o Ibama ter divulgado seu primeiro relatório sobre a venda de agrotóxicos no país em 2009. Segundo o Ibama, 88% deles são perigosos, muito perigosos ou altamente perigosos.

Apenas 12% foram considerados "pouco perigosos".

Desindustrialização não preocupa a Vale

NEGÓCIOS

A desindustrialização encabeça a lista de preocupação de nove entre dez executivos. O assunto, porém, não tem tirado o sono de Roger Agnelli, presidente da Vale, maior exportadora de **commodities** do País. Ao deixar um encontro promovido na semana passada pela **Confederação Nacional da Indústria** em São Paulo, o executivo disse: "O País está indo bem." Perguntado sobre o problema, afirmou ao Estado: "Há controvérsias."

Exportar urânio exige investimento de R\$ 10 bilhões

ECONOMIA



Produção. Centro Tecnológico da Marinha Aramar, em Iperó (SP), que produz hexafluoreto

Marta Salomon

Esse seria o custo para a produção do combustível nuclear em escala **industrial**; itens mais caros são as ultracentrífugas

A transformação do Brasil em exportador de urânio exigirá investimentos de R\$ 10 bilhões, quase um ano de pagamento do programa Bolsa Família, calcula o estudo, num primeiro exercício sobre o tema. Esse seria o custo aproximado para o domínio do ciclo de produção do combustível nuclear em escala **industrial**. O item mais caro são as ultracentrífugas usadas no enriquecimento do urânio, produzidas pela Marinha.

Atualmente, para abastecer as usinas de Angra 1 e 2, o país recorre a serviços da França e de um consórcio europeu para duas etapas do processo: a conversão do concentrado de urânio em gás e o enriquecimento. O abastecimento do mercado interno não justificaria

a construção de novas fábricas no país para essas etapas, alega o estudo, mesmo com anunciada intenção do governo de construir mais quatro usinas nucleares até 2030.

Contatos. Na viagem feita entre 13 de novembro e 5 de dezembro do ano passado à França, à China e à Coreia, para sondar o interesse de importadores de urânio enriquecido, os sinais mais promissores foram colhidos na França, relata o secretário-executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Luiz Alfredo Salomão, em relatório de viagem.

"Mme. Lauvergeon reagiu com entusiasmo, dizendo que havia proposto à então ministra Dilma investimento da Areva na pesquisa de minério de urânio, na sua lavra e beneficiamento para exportação", relata Salomão, sobre o encontro com a presidente da multinacional Areva, a maior produtora de urânio enriquecido do mundo. Lauvergeon teria considerado "perfeitamente possível" uma parceria para a conversão e o enriquecimento do urânio, mas sugeriu que o país deve se apressar para aproveitar uma "janela de oportunidade" nesse mercado.

Com os chineses e os coreanos, a conversa inicial foi mais dura. O diretor-geral do Departamento de Energia Elétrica da China, Xu Yong Sheng, mostrou interesse em comprar urânio natural para ser enriquecido lá. "Mostrei a ele que não seria sustentável a longo prazo o Brasil apenas vender **commodities** básicas para a China, que era indispensável que a China nos comprasse produtos de alto valor agregado, se quisesse manter um cliente a longo prazo", relatou Salomão. Os contatos foram acompanhados pelo Itamaraty.

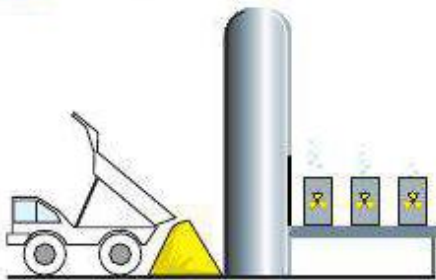
Continuação: Exportar urânio exige investimento de R\$ 10 bilhões

A China constrói 30 novas usinas nucleares, mais da metade das 55 usinas em construção no mundo. Outras 468 usinas estariam em fase de planejamento, fato que sustenta o cenário mais otimista de crescimento do mercado de combustível nuclear, embalado por restrições impostas pelo aquecimento global a fontes de energia que emitem mais gases de efeito estufa.

Continuação: Exportar urânio exige investimento de R\$ 10 bilhões

● A Marinha domina o ciclo completo do combustível para reatores de uso civil e militar

1 MINERAÇÃO E REFINAMENTO



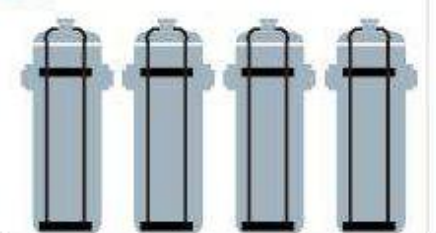
O minério de urânio bruto é extraído de depósitos naturais na terra. As pedras são banhadas em ácido para separar o urânio, transformando-o em um pó chamado yellowcake

2 CONVERSÃO



O yellowcake é combinado com vários produtos químicos para formar o hexafluoreto de urânio

3 ENRIQUECIMENTO



Várias centrífugas formam uma cascata que gira o gás e separa o urânio 235 do urânio 238

Processo de enriquecimento de urânio

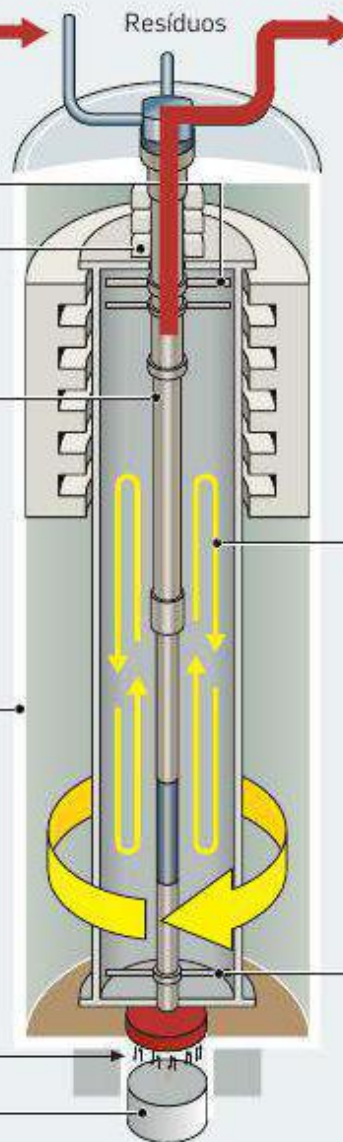
Ultracentrífuga: usada para aumentar a proporção de isótopos de U235 no gás UF6 (hexafluoreto de urânio) e separar o U238. A nova máquina Geração 1/M2 é 15% mais eficiente que o modelo anterior

Alimentação do gás hexafluoreto de urânio (UF₆)

Pá superior
Base da suspensão magnética
Disco gira em alta velocidade (supersônica na borda externa)
Revestimento

Área de flutuação magnética, evitando atrito entre as partes móveis

Motor elétrico



URÂNIO ENRIQUECIDO (U235)

Em concentração entre 2% e 4% é suficiente para mover usinas nucleares

Em concentração entre 90% e 99% é usado na produção da bomba atômica

Força Centrífuga
as moléculas do U238 no gás UF₆, mais pesadas, se movem mais próximo da parede - as moléculas U235 mais leves sobem e são extraídas. As moléculas U238 são armazenadas

Pá inferior

(continuação de: *Exportar urânio exige investimento de R\$ 10 bilhões*)

Rumo do Programa Nuclear é incerto

ECONOMIA

Marta Solomon

Ainda é desconhecida a ênfase que o governo Dilma Rousseff dará ao Programa Nuclear Brasileiro. À frente da Casa Civil no governo Lula, a então ministra não deu prioridade a essa agenda, em meio aos preparativos para o lançamento da candidatura ao Planalto.

A última reunião de ministros sobre o programa nuclear aconteceu em agosto de 2008. Nessa ocasião, ficou acertado que o País teria mais quatro usinas nucleares até 2030, duas no Nordeste e duas no Sudeste.

Uma nova reunião precisa ocorrer para definir o local

exato dessas usinas, assim como a localização de um depósito de rejeitos de alta radioatividade, exigência feita pela área ambiental para liberar o início do funcionamento da usina de Angra 3.

Na mensagem que encaminhou ao Congresso na quarta-feira passada, a presidente reafirma o compromisso com a autossuficiência na produção de urânio enriquecido, prevista para ocorrer até 2014. "Fica confirmada a posição do Brasil no seletivo e pequeno grupo de países com tecnologia de enriquecimento de urânio", diz a mensagem, que não menciona a possibilidade de exportação de excedentes do combustível nuclear.

Custos das escolhas das políticas econômicas

ECONOMIA

Antonio Corrêa de Lacerda

Toda escolha de adoção de políticas econômicas envolve, além da necessidade de decidir no timing adequado, incorrer em algum custo. "Não existe almoço grátis", profetizava o monetarista ícone do liberalismo e Prêmio Nobel de Economia Milton Friedman (1912-2006) num outro contexto, mas que pode ser adaptado perfeitamente à questão em tela.

No caso brasileiro tem sido recorrente, porém nem sempre de forma completa, o questionamento de algumas das escolhas das políticas econômicas. É o caso, por exemplo, dos bancos públicos. Diante da escassez de crédito e financiamento internacionais no período imediatamente posterior à crise com a quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008, o governo brasileiro tomou uma decisão pertinente de ampliar a capacidade de empréstimo dos bancos públicos, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Antes disso, escolado com a recorrência das crises de balanço de pagamentos, o Brasil, assim como outros países não emissores de moedas não conversíveis, tomou a decisão sensata de ampliar o seu volume de reservas cambiais. Isso não evitava os efeitos das crises, mas os amenizava, como ficou claro.

Não fossem o suporte dos financiamentos públicos, substituindo em muitos casos as linhas de financiamento externas, que secaram, e, por outro lado, o fato de o País dispor de um volume expressivo de reservas cambiais, os efeitos da crise teriam sido muito mais intensos no Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) teria caído muito mais do que o 0,6% verificado em 2009, assim como a recuperação rápida e a expansão de quase 8% em 2010 não teriam sido viáveis.

Como o PIB brasileiro é estimado em R\$ 3,5 trilhões, cada ponto porcentual (p.p.) de crescimento re-

presenta R\$ 35 bilhões de renda. Suponhamos que as decisões de políticas econômicas tenham propiciado 2 p.p. a mais no crescimento econômico. Isso gera uma atividade econômica de R\$ 70 bilhões. O exemplo vale para ilustrar que os "custos" das políticas econômicas têm de ser mensurados levando-se em conta o seu benefício.

O cálculo nem sempre é fácil de ser feito, porque muitas vezes envolve fatores de difícil mensuração. Mas isso não pode servir de alibi para desprezar a avaliação do benefício de cada medida. Até porque seria uma análise incorreta. É relativamente simples calcular o custo da escolha e implementação das duas decisões de política econômica citadas. Cálculos simples do "custo" das decisões sempre ganham espaço generoso na mídia!

Que lições podemos tirar da experiência recente na economia brasileira? Esse é o ponto que deveria nortear um debate mais qualificado, menos ideologizado e mais pragmático a respeito das políticas econômicas.

Diante de um alegado risco de elevação da inflação, observa-se um relativo consenso pelo aumento da taxa de juros básica. Até porque a maioria não deseja inflação elevada. Mas qual o custo dessa escolha? Há vários, dentre eles o aumento dos gastos públicos com o financiamento da dívida pública, que custou R\$ 195 bilhões em 2010 (5,5% do PIB!).

Outra questão é a política cambial. As vantagens proporcionadas por uma taxa de câmbio valorizado, como a que experimentamos no Brasil, são de curto prazo, enquanto comprometem o futuro. O câmbio valorizado, juntamente com os fatores de competitividade sistêmica desfavoráveis, está provocando dois efeitos deletérios para a economia brasileira: a desindustrialização e a deterioração das contas externas. Isso tem um elevado custo para o de-

Continuação: Custos das escolhas das políticas econômicas

envolvimento do País.

A questão cambial é um exemplo típico de escolha que favorece só o curto prazo. O dólar barato proporciona a aquisição de produtos importados e a realização de viagens internacionais a um custo baixo, o que é sempre muito apreciado por grande parte da opinião pública. No entanto, nem sempre ficam claros os seus efeitos, que comprometem o longo prazo, pois roubam **crescimento da economia**, tornam-nos mais vulneráveis e dependentes de financiamento externo e menos diversificados na produção e exportação, excessivamente centradas em **commodities**.

Precisamos criar mais espaços de discussão das políticas econômicas, seus custos e benefícios, levando em conta não só o curto, mas o médio e o longo prazos. Isso implica democratizar as informações, assim como diversificar as visões, considerando não apenas escolas variadas de pensamento econômico, mas também todos os setores da economia.

A discussão deve ser ampliada, tanto com os Poderes quanto na mídia, na academia e nas demais entidades representativas da sociedade. Não se trata, evidentemente, de uma prática fácil. Os temas em geral são complexos e nem sempre as pessoas estão dispostas a investir seu tempo e sua energia com assuntos áridos. Mas, como não existe visão neutra em política econômica, o mínimo de cuidado que devemos ter é o de diversificar o debate. Até porque, do contrário, o risco é o de nos tornarmos reféns de uma única via, que pode favorecer alguns, mas não o todo.

ECONOMISTA, DOUTOR PELO IE/UNICAMP, PROFESSOR-DOUTOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-SP, É COAUTOR, ENTRE OUTROS LIVROS, DE "ECONOMIA BRASILEIRA" (SARAIVA)

E-MAIL: ACLACERDA@PUCSP.BR

Evo Morales sofre humilhante derrota

THE NEW YORK TIMES

Por **SIMON ROMERO**

EL ALTO, Bolívia - Era o dia depois do Natal. O presidente Evo Morales estava em viagem à Venezuela, a principal aliada da Bolívia, de modo que coube a seu vice a tarefa nada invejável de anunciar um aumento repentino de 73% no preço da gasolina. A reação foi imediata.

Manifestantes depredaram repartições do governo e queimaram fotos de Evo Morales, que provocou o aumento do preço ao cortar o subsídio governamental do combustível. Plantadores de coca, que há anos são uma importante base de apoio do presidente, montaram barreiras numa rodovia principal, em protesto contra a medida. Motoristas de ônibus entraram em greve e açoitaram publicamente seus colegas que se atreveram a receber passageiros.

Quando a medida foi revogada, cinco dias depois, estava claro que Morales, que pode ser visto como o líder boliviano mais forte desde a década de 1950, tinha sofrido o maior revés de sua Presidência.

Pichações surgiram em muros em El Alto e em La Paz, a capital boliviana, resumindo o sentimento popular: "Evo = Implosão".

A agressividade dos protestos e a capitulação rápida de Morales abriram um capítulo de incertezas para o presidente, que está em seu sexto ano no cargo. Em uma grande pesquisa publicada no mês passado pelo jornal "La Prensa", 67% dos entrevistados nas quatro maiores cidades disseram desaproveitar a performance do presidente.

"Não acredito em pesquisas e nunca acreditei", disse Morales, 51, em uma reunião com jornalistas estrangeiros. Ele defendeu seu plano de reduzir os subsídios aos combustíveis, que descreveu como "um câncer".

A despeito dos problemas enfrentados por Morales, mesmo seus críticos dizem que seria precoce antever o fim do seu governo, apesar do repúdio público à tentativa de reduzir o subsídio do combustível.

Para começar, Morales, o primeiro presidente indígena da Bolívia -ele é indígena aimará- ainda é de longe a figura política dominante em um país onde mais de 60% da população se identifica como indígena.

"Evo ainda pertence a nós", disse Marina Huanca, 35, aimará que vende folhas de coca em El Alto.

A Presidência de Morales vem sendo reforçada por um período de crescimento econômico inigualado na turbulenta história recente do país, crescimento esse que é, em grande medida, fruto dos preços altos das exportações de minerais e da política econômica prudente. Mesmo depois de gastar com auxílios em dinheiro a famílias pobres, o governo ainda consegue manter um superavit orçamentário.

Mas a Bolívia, com cerca de 9,9 milhões de habitantes, ainda é um dos países mais pobres da América Latina. Mesmo assim, o novo dinamismo econômico e o crescimento relativamente igualitário são visíveis nas ruas de El Alto. Os veículos utilitários esportivos vistos nas ruas da cidade apontam para um dos dilemas subjacentes aos protestos de dezembro.

Como a Venezuela, país rico em petróleo onde a gasolina é vendida a três centavos de dólar o litro, a Bolívia subsidia fortemente a gasolina, que custa cerca de US\$ 0,50 o litro no país, menos da metade do preço vigente nos vizinhos Brasil e Chile.

Diferentemente da Venezuela, porém, boa parte da receita de exportações da Bolívia vem de uma commodity diferente, o **gás natural**. O país importa diesel e gasolina refinada, tendo gasto US\$ 666 milhões nos subsídios a esses combustíveis no ano passado. Com a alta dos preços mundiais do petróleo, o custo dos subsídios pode chegar a US\$ 1 bilhão em 2011, disse o vice-presidente, Álvaro García Linera.

Analistas energéticos dizem que os baixos preços dos combustíveis na Bolívia desencorajam empresas energéticas estrangeiras de perfurarem novos poços petrolíferos e aumentarem a produção. As políticas nacionalistas de Morales limitaram os investimentos

Continuação: Evo Morales sofre humilhante derrota

estrangeiros no **gás natural**, fazendo com que países vizinhos, como Argentina, Brasil e Chile, busquem novas fontes do combustível.

A turbulência suscitada pelos protestos contra a alta dos combustíveis serviu para lembrar o papel ainda exercido pela agitação popular na frágil democracia boliviana. Apesar de exercer influência maior que

seus predecessores, Evo Morales descobriu que também pode ter suas ambições refreadas. "O maior referendo que existe na Bolívia é uma barreira montada numa estrada", disse o analista político Jim Schultz, em Cochabamba.

|

Crise no Egito pode afetar economia brasileira

O MUNDO

Analistas econômicos preveem alta no preço das **commodities** e do barril de petróleo no mercado internacional

Aguinaldo Novo e Fabiana Ribeiro

SÃO PAULO e RIO. A conflagração política no Egito pode afetar o fluxo de capital no mundo e prejudicar, de forma indireta, países como o Brasil. A avaliação é do presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luís Afonso Lima, para quem a elevação recente dos juros nas emissões de títulos no exterior já seria um primeiro sinal da reação do mercado internacional.

- O que começa a aparecer é a aversão a riscos por parte dos investidores, preocupados com os desdobramentos do conflito numa região que concentra as maiores reservas de petróleo do mundo - disse ele.

Para Lima, a possibilidade de um recrudescimento da crise egípcia geraria efeitos ainda mais negativos do que os provocados, por exemplo, pela derrocada econômica na Grécia:

- O potencial de estrago é maior e o Brasil pode ser afetado. O país está relativamente isolado, mas não é blindado.

Roberto Padovani, estrategista sênior do Banco WestLB do Brasil, tem análise parecida. Segundo ele, ainda que o Brasil não dispute investimentos com a região afetada pela crise egípcia, as turbulências podem afetar os fluxos de capital. Para ele, mesmo que a crise seja temporária, os países emergentes, incluindo o Brasil, devem esperar para fazer captações externas:

- O mercado está se acalmando. Mas há uma forte insegurança entre os investidores.

Empresas suspendem planos de novas emissões

Em função da crise no Egito, que levou ao aumento dos custos para captação de capitais, empresas brasileiras como a Braskem teriam engavetado planos de novas emissões. A empresa, que recentemente fez um "road-show" junto a investidores europeus, não se pronunciou sobre o assunto.

Entre os empresários, existe a preocupação de interrupção no fluxo comercial entre os dois países. O Egito compra do Brasil principalmente minério, açúcar e carnes. Neste último caso, o mercado egípcio responde sozinho por cerca de 4% das exportações de carnes brasileiras - o equivalente a cerca de US\$300 milhões por ano em vendas.

- Não existe uma luz vermelha acesa. Mas, no curto prazo, podem ocorrer problemas - disse o diretor-adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)**, Thomas Zanotto.

Para Monica de Bolle, economista da Galanto Consultoria, a crise na região árabe pode intensificar o movimento de elevação dos preços das **commodities**, especialmente o petróleo. E, dessa maneira, atingir a economia americana (bastante sensível às oscilações de preço do produto).

- A alta do petróleo alimenta os riscos de que haja um freio na retomada da economia americana. E este é um cenário que pode acontecer ainda no primeiro semestre de 2011. Em consequência, a partir de um recuo na demanda, a atividade econômica brasileira seria afetada - disse ela.

O economista Sérgio Vale, da MB Associados, concorda que o ponto central dessa crise está no petróleo:

Continuação: Crise no Egito pode afetar economia brasileira

- O risco de uma produção menor, num momento em que a demanda começa a se recuperar, pode levar o petróleo para patamares elevados de novo. É diferente da situação da década de 70, quando as novidades no Oriente Médio foram de fato inesperadas, e levaram os preços a quadruplicarem em um período

muito curto de tempo. Dessa vez, ao contrário, o petróleo já estava caro quando a crise começou.

(continuação de: *EUA vêm ao Brasil de olho em parcerias*)

Secretário americano visita o Brasil

NESTA EDIÇÃO

O secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, faz hoje sua primeira visita ao Brasil. O objetivo é reaproximar política e economicamente os dois países, preparando o campo para uma visita do presidente Barack Obama.

P14

EUA vêm ao Brasil de olho em parcerias

CAPA



O secretário americano do Tesouro, Timothy Geithner, desembarca no país sinalizando uma reaproximação. O objetivo é buscar uma aliança bilateral no câmbio e nas negociações do G20.

P15

Câmbio e matérias-primas reaproximam EUA do Brasil

BRASIL

Carolina Alves



Atuação de Geithner no âmbito do G20 é polêmica

Visita de secretário do Tesouro sinaliza retomada de relações políticas e comerciais entre os países, enfraquecidas na era Lula

Há dois anos no cargo de secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner faz hoje sua primeira visita ao Brasil. Segundo analistas, o encontro que precede a vinda do próprio presidente dos EUA, Barack Obama, tem como meta uma eventual reaproximação política e econômica com o governo brasileiro, enfraquecida nos últimos oito anos.

Continuação: Câmbio e matérias-primas reaproximam EUA do Brasil

Geithner passará apenas um dia em solo brasileiro. Por volta das 9h, ele deve participar de evento na Fundação Getulio Vargas e, em seguida, partirá para Brasília, para uma reunião com autoridades de alto escalão do governo. Segundo a embaixada americana, a agenda do secretário inclui questões bilaterais e objetivos comuns do G20, com foco em ações de cooperação econômica e financeira entre as duas nações.

A atuação de Geithner no grupo - que reúne 85% do Produto Interno Bruto global - tem gerado bastante polêmica. O secretário chegou a fazer diversas propostas, sem sucesso, que envolvem controle fiscal dos países membros, como o limite de déficit em transações correntes na casa dos 4% do PIB. Mais desconforto gerou o atual presidente do G20, Nicolas Sarkozy, chefe de estado francês. Ele tem causado estranhamento no grupo com a sugestão de que a União Europeia faça estoques de matérias-primas para conter a elevação dos preços das **commodities**.

A criação de uma frente contra a proposta, que desagradou tanto os EUA quanto o Brasil, pode se tornar um dos pontos principais de debates entre as autoridades dos dois países.

"Essa proposta não tem a mínima viabilidade econômica. É apenas mais uma tentativa do Sarkozy de tentar elevar o poder político da França, sem sucesso", critica o economista e especialista em comércio exterior da FGV, Ernesto Lozardo.

O consultor e diretor de Negociações Internacionais da **Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp)**, Mário Marconini, concorda. "É um absurdo que um país como a França, que dá tantos subsídios para seus

produtores, reclame de prejuízos ao livre comércio gerados pelos emergentes", ironiza.

Para ele, o interesse dos EUA em discutir a pauta agrícola com o Brasil sinaliza um progresso para a política do G20, hoje fundada quase que exclusivamente em questões financeiras, e não comerciais. Marconini ressalta que, embora o foco da visita esteja mais embasado no problema do câmbio, é importante a sinalização de entendimentos futuros na área.

"A desvalorização do dólar é uma preocupação mundial e, nesse sentido, com certeza Geithner está buscando o apoio brasileiro para pressionar a China a valorizar sua moeda", diz.

Além de um possível alinhamento de agendas econômicas, o encontro pode estreitar as relações políticas entre os países.

"O novo governo brasileiro tem sinalizado uma postura mais pragmática e menos ideológica.

No passado, nos aliamos a nações inimigas dos EUA, como o Irã, o que nos distanciou dos americanos", diz Heni Ozi Cukier, professor de Relações Internacionais da ESPM.

A criação de uma frente comum contra a proposta francesa de criar estoques para regular o preço das **commodities** pode se tornar um dos principais pontos do encontro

Índice remissivo de assuntos

Veja mais

5, 16, 25, 30, 37, 38

CNI | Paulo Skaf

5, 10

**Temas de Interesse | Reforma Tri-
butária**

5, 9, 10

Federações | FIESP

5, 9, 10, 35, 38

**Temas de Interesse | Comércio In-
ternacional**

11, 16, 20, 21, 23, 26, 27, 31, 35, 38

**Temas de Interesse | Seção Economia -
mídia nacional**

11, 14, 15, 16, 27

CNI

26

Temas de Interesse | Infra-Estrutura

31, 33

CLIPPING INTERNACIONAL

Segunda-Feira, 07 de Fevereiro de 2011

Índice

I. OMC _____ 2

U.S. Rejects Mexican Initiative to Advance Doha Talks, Insists on Bilateral Approach _____ 2

In Wake of Hu Visit, Trade Commitments, Treasury Opts Not to Cite Manipulation _____ 3

India set to move WTO against 9/11 health Act _____ 7

II. NEGOCIAÇÕES REGIONAIS E BILATERAIS 8

South Africa, SADC Resume Talks On EPA, Trade This Month With EU _____ 9

USTR Targets Late March For Tabling TPP Labor Text, Substance Unclear _____ 11

US trade gap has probably widened _____ 12

Discutirán en Paraguay proyectos de integración regional con Europa _____ 14

III. OUTROS _____ 15

Inflexible currencies hurt Brazil: Geithner _____ 15



I. OMC

U.S. Rejects Mexican Initiative to Advance Doha Talks, Insists on Bilateral Approach

Bureau of National Affairs (EUA)

The United States Feb. 4 rejected a proposal from Mexico setting out a new approach aimed at resolving key differences holding up a Doha Round trade deal.

A U.S. trade official speaking on condition of anonymity told BNA that Mexico's "horizontal solution" for resolving market access issues in the World Trade Organization's Doha talks did not meet minimum U.S. requirements for substantial trade gains.

"We appreciate the active engagement, but our analysis of Mexico's approach is that it will not address the central issue of ambition," the official said. "The issue of ambition cannot be resolved through blanket prescriptions, or over-arching formulaic solutions."

"There is simply no substitute for WTO members sitting across the table and negotiating with one another," the official added. "Shortcuts all lead to dead ends."

The proposal, unveiled by Mexico's Secretary of the Economy Bruno Ferrari at a Jan. 29 meeting of trade ministers in Davos, Switzerland, offers what Mexico describes as a balanced outcome in the Doha talks on agriculture, industrial tariffs, services, and environmental goods.

Among other things, the Mexican proposal calls for mandatory participation by developing countries in at least two sectoral initiatives on industrial tariffs, further reductions in the farm subsidy spending limits of rich countries closer to what they currently pay out, converting existing market liberalization in services into legally binding WTO commitments, and reducing tariffs on environmental goods beyond what is currently required in the draft Doha negotiating texts.

Mixed Reactions From Others

Mexico has stressed that the proposal is only a starting point, not an end point, and that WTO members would be free to top up on these commitments through bilateral negotiations.



The United States has insisted that emerging economies such as Brazil, China, and India must improve their market access offers in agriculture, manufactured goods, and services beyond the commitments set out in the draft Doha negotiating texts, adding that without the improvements, it will be impossible to secure approval for a final Doha deal from the U.S. Congress and business community.

U.S. officials have sought bilateral talks with these countries to discuss requests for additional cuts on specific tariff lines of interest to U.S. business, but those efforts have so far been rebuffed or rejected on the grounds that Washington has failed to say what it is willing to give in additional concessions for the cuts.

Apart from the United States, initial reaction to the Mexican proposal has been mixed, with some delegations supportive of the proposal and other expressing reservations.

One ambassador from a key WTO developing country member told BNA the approach "looks interesting," but that the solutions offered "do not seem balanced" in the commitments required from developed and developing countries.

In Wake of Hu Visit, Trade Commitments, Treasury Opts Not to Cite Manipulation

Bureau of National Affairs (EUA)

The Treasury Department again declined to flag China for currency manipulation in a long-delayed report sent to Congress Feb. 4, nearly four months after it was initially expected.

Instead, the report said that China was not in violation, continuing the administration's less-direct efforts for change. Chinese officials resumed exchange rate flexibility in June, and have since pledged to go further by expanding domestic demand and allowing the currency to float more freely, commitments that Chinese President Hu Jintao reiterated during his recent U.S. visit (13 ITD, 1/20/11). Still, the report said Treasury would continue to press for additional gains, echoing Treasury Secretary Timothy Geithner's most recent public statements on the issue.

"Treasury's view," the report said, "is that progress thus far is insufficient and that more rapid progress is needed."



According to the report, which said the renminbi remains substantially undervalued, it appreciated 3.7 percent through Jan. 27. That equals about 6 percent annually on a nominal basis. The rate is even higher when accounting for higher Chinese inflation, resulting in appreciation of more than 10 percent if sustained at the current rate. In addition, the report said China's relaxed restrictions on using the renminbi also portend a more market-determined exchange rate ahead.

Some in Congress Vow to Pass Currency Bills

Treasury has not cited China for currency manipulation since 1994, but that has not stopped escalating rhetoric on Capitol Hill, where last year the House passed a bill that would have made it easier to slap countervailing duties on Chinese goods benefitting from the undervalued currency.

House Ways and Means Committee ranking member Sander M. Levin (D-Mich.), in a written statement issued Feb. 4, expressed disappointment with the Treasury report and said he would reintroduce the House-passed legislation the week of Feb. 7 aimed at Chinese currency undervaluation.

" Those [trade] imbalances contributed to the global economic crisis, and most experts expect the imbalances will worsen in the coming years unless there a significant change in the status quo," Levin said. "Clearly, it is time for action. Last year, the House passed legislation to give the administration additional tools to deal with China's currency manipulation—with a majority of both Democrats and Republicans voting in favor of the bill. I plan to reintroduce that bill next week with strong bipartisan support."

The bill passed Sept. 29 by the House by a vote of 348-79 would have made it easier for the effects of an undervalued foreign currency to be deemed a countervailable subsidy. Levin's chairman's amendment in the nature of a substitute modified the original legislation—H.R. 2378, the Currency Reform for Fair Trade Act, introduced by Reps. Tim Ryan (D-Ohio) and Tim Murphy (R-Pa.)—in order to be consistent with World Trade Organization rules (188 ITD, 9/30/10).

The House bill would have changed the longstanding Commerce Department practice of refusing to investigate a subsidy where individuals or groups other than exporters benefitted from the subsidy. The bill also established a four-part test to determine if a currency was substantially undervalued, including determinations of whether there are large-scale government interventions in the markets, undervaluation of at least



5 percent, a significant and persistent global current account surplus, and excessive foreign asset reserves.

However, House congressional action is not expected to go much further this year, as House GOP leaders have said they would not revisit the bill that passed last year.

A group of senators recently said they planned to introduce a bill that would allow the Commerce Department to apply both antidumping and countervailing duties in cases of currency manipulation. Senate Finance Committee Chairman Max Baucus (D-Mont.) said in a Feb. 4 release that China had been given a free pass on its currency practices for far too long.

"We need to hold China and our other trading partners accountable for their actions, and we must acknowledge—and take steps to remedy – those actions that harm the competitiveness of American businesses and workers," Baucus said.

He called on Geithner to label China a currency manipulator, but also said that Geithner should work with the Chinese and other trading partners to address Chinese currency practices. Baucus, who traveled to China last year in part to urge greater currency appreciation, has said he would reintroduce a bill that passed his committee before stalling out.

China fixed the renminbi to the dollar between 2008 and 2010 in response to the global financial crisis and economic downturn. The report also noted recent exchange rate intervention among other major U.S. trading partners, including Japan, South Korea, Taiwan, and Brazil, though none was flagged for currency manipulation.

Delayed Report Reprises Previous Findings

The twice-yearly report was also delayed last spring, despite cries from some U.S. lawmakers and business interests that China's artificially undervalued currency has hurt trade.

When released in the summer, it drew the same conclusion as the latest report. The administration has favored a behind-the-scenes approach on the renminbi, which is also called the RMB or yuan, as U.S. officials have worked to secure commitments from their Chinese counterparts in bilateral and multilateral settings such as Hu's visit and Group of 20 meetings rather than risk inflaming Chinese sensitivities with the currency manipulator label. The U.S. delegation has focused on a broad set of concerns beyond



currency, including indigenous innovation, intellectual property rights, and market access.

U.S.-China Business Council (USCBC) President John Frisbie said not citing China was the correct decision, as did National Foreign Trade Council President Bill Reinsch, considering Hu's commitments.

"While USCBC believes that China should allow its exchange rate to better reflect market forces, designating China as a 'manipulator' would achieve nothing," Frisbie said, noting that the group continues to support the administration's approach of combined multilateral and bilateral engagement with China as the most effective way to make progress on the exchange rate issue.

Derek Scissors of the Heritage Foundation said it was no surprise that Treasury did not cite China, or that the report surfaced late on a Friday in order to garner less attention on the politically charged issue.

"As long as China continues to slowly move the RMB higher against the dollar, the U.S. will continue to ask for more but will not take action," Scissors said.

"However, if the Chinese promises of last January are not kept, this will come back in a major way," Reinsch warned, noting that Treasury's next currency report is due in April.

China critics have said the undervalued yuan leads to cheap Chinese exports and costs U.S. jobs. According to the Alliance for American Manufacturing's executive director, Scott Paul, Treasury's decision was disappointing and would spur lawmakers to act against countries from misaligning their currencies to gain a trade advantage.

"It makes no sense, as some have inferred, to rely on inflation in China to increase the real value of the yuan," Paul said. "Boosting American exports, creating jobs, and accelerating economic growth will not be easy to accomplish without a dramatic, market-based, and sustained appreciation of China's currency."

China's Current Account Climbing Again

Analysts including Scissors have said China's undervalued renminbi is not as problematic to its trade imbalance with the United States as other Chinese policies.

Along those lines, agreements struck as part of Hu's visit are intended to eliminate market barriers and improve intellectual property protections for U.S. companies trying to do business in China. U.S. officials have been seeking a better trade balance with China, though the report noted that China's current account surplus appears to be rising again. It said exchange rate reform is one step in a process for China to reduce its external imbalances.

The report also said more renminbi flexibility would help curtail high inflation in China, as well as credit, property, and equity bubbles there. In addition, the report said it would benefit the broader strategy of increasing domestic demand in China and remove pressures in other emerging economies with more flexible exchange rates.

China's state sector holds about \$3.4 trillion in foreign currency assets, the report said, about three times as much as Japan, the economy with the second largest holdings.

The report said the dollar depreciated 1.1 percent against other major currencies in 2010, based on the Federal Reserve's nominal effective exchange rate index.

India set to move WTO against 9/11 health Act

Indian Express (Índia)

India is contemplating to move the World Trade Organisation (WTO) against a US health and compensation Act, which levies a two per cent tax on all goods and services procured by the US from countries not party to an international procurement agreement with it.

The James Zadroga 9/11 Health and Compensation Act of 2010, signed by US president Barack Obama on January 2, 2011, is seen to violate the very premise of the WTO which calls for Most Favoured Nation (MFN) and national treatment obligation to countries which are a part of the world trade body.

"The 2 per cent levy on goods and services is going to hurt India because we are a marginal player in the US procurement. Hardly one per cent of India's total export (as per the latest figures available) forms part of the US procurement and the new levy will lead to loss of opportunities for India vis-à-vis countries which are in the WTO government procurement agreement (GPA) with the US," the sources said.



The exact financial impact of these provisions on Indian firms is yet to be known. According to the act, an additional tax of 2 per cent is imposed on any foreign person that receives federal procurement payments.

However, countries with which the US has a GPA or bilateral agreement will not be impacted by the act. Thus developed countries which have a GPA with the US will be cushioned against the new levy.

However, developing nations like India would be at a disadvantage.

Countries which are member of WTO have to give MFN treatment to other member nations as per the General Agreement on Tariffs and Trade (GAAT), which says that "any advantage, favour, privilege or immunity granted by any WTO member to any product originating in or destined for any other country shall be accorded immediately and unconditionally to the like product originating in or destined for the territories of all other WTO members".

However, the James Zadroga Act violates the MFN provision by discriminately applying it to foreign countries like India which are not in a GPA with the US. The national treatment obligation as provided by GAAT is violated by the present act.

Earlier, industry bodies including CII have already slammed the protectionist measures by the US to raise funds for compensating victims of 9/11 terrorist attacks, along with slew of other measures by the US.

II. NEGOCIAÇÕES REGIONAIS E BILATERAIS

South Africa, SADC Resume Talks On EPA, Trade This Month With EU

Bureau of National Affairs (EUA)

South Africa's deadline for concluding an economic partnership agreement (EPA) with the European Union lapsed at the end of 2010, leaving the African nation's trade negotiators with a full agenda when the Southern African Development Community (SADC) resumes negotiations with the EU this month in Lesotho.

One of the central sticking points in the negotiations with Brussels, said Trudi Hartzenberg, executive director of the Trade Law Centre (Tralac) in Cape Town, has been the development of an EPA between the Southern African Development Community (SADC) and the EU that would provide the bloc of 15 African countries with improved market access, particularly in agriculture.

"This is proving a challenge for the European Community, especially with regard to the newer and smaller eastern and southern states," Hartzenberg said in a Jan. 19 e-mail to BNA. "They simply cannot see their way to treating South Africa and the other SADC-EPA states the same."

Enthusiasm for an agreement between the two has steadily dissipated on both sides, said Tralac's Hartzenberg, remarking that the European Union had become increasingly occupied with concerns about the euro and relations with China, India, and other emerging markets.

"The Economic Partnership Agreements negotiations have been plagued by controversies, with most African countries having expressed concern about the missing development links within the EPAs," said Tralac's Willemien Denner.

Currently SADC comprises Angola, Botswana, Democratic Republic of Congo (DRC), Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, Seychelles, South Africa, Swaziland, United Republic of Tanzania, Zambia, and Zimbabwe.

Addressing the third South Africa-European Union summit in Brussels on Sept. 28, South African President Jacob Zuma told delegates that as a member of the SADC-EPA Group, South Africa remained committed to the finalization of the negotiations, but maintained that any agreement must have a developmental focus to support regional integration efforts in Southern Africa.



"In this regard, the key outstanding issues, which include the rules of origin, must be resolved in order for a final agreement to be reached," said Zuma.

"The difficulties being experienced in the current Economic Partnership Agreement negotiations highlight a need for a paradigm shift on the negotiations," he said.

To date, only 10 of the 47 countries involved in the negotiations have signed agreements. Divergent views on the boundaries of any potential agreement have not helped matters between Pretoria and Brussels.

Scope of Agreement Sticking Point

Both sides have different ideas in terms of the boundaries of the agreement, which is proving to be a major sticking point, said Denner.

"While South Africa wants to confine an economic partnership agreement to trade in goods, the European Union has insisted on including other trade-related issues such as most-favored-nation clauses and a ban on export taxes," she said.

Brussels also wants commitments from South Africa on intellectual property, competition policy, and sustainable development, noted Denner.

Hartzenberg said that while there was a chance of an agreement being signed in 2011, she said the current tenor of conversation reflects a "much less ambitious approach."

Inclusion of Geographic Indications

More recently, noted Hartzenberg, Europe has made negotiations more contentious with the introduction of new issues on the agenda including geographical indications. "This is not welcomed on the African side," she said.

Champagne and Roquefort cheese are frequently cited as geographic indications (GI) that are used as an intellectual property right (IPR) mechanism, identifying a product as originating in a specific country or region.

Covered under the ACP-EU Economic Partnership Agreement—also known as the Cotonou Agreement—African countries have seen little incentive to discuss the issue, Tralac's Sean Woolfrey noted in an earlier study.



“While the European Union, with a number of registered geographic indications, would stand to gain from the inclusion of GI protection under the EPAs, it is not so clear what benefits the African countries would get out of such a move, especially considering the fact that they can already register geographic indications for protection in the EU.”

The introduction of simplified procedures and additional protection could make the benefits more apparent, said Woolfrey.

South Africa is also a member of the Southern African Customs Union (SACU) along with Botswana, Lesotho, Namibia, and Swaziland. According to the European Commission website, Angola, Botswana, Lesotho, Mozambique, Namibia, Swaziland, and South Africa are negotiating their EPAs through the SADC. The other six members of the broader SADC region—the Democratic Republic of the Congo, Madagascar, Malawi, Mauritius, Zambia, and Zimbabwe—are negotiating EPAs with the EU within other regional groups. An interim EPA has been concluded with Botswana, Lesotho, Namibia, Swaziland, and Mozambique. It was signed by Botswana, Lesotho, Swaziland and Mozambique in June 2009, but it is still pending with Namibia, the Commission said in a fact sheet.

USTR Targets Late March For Tabling TPP Labor Text, Substance Unclear

Inside U.S. Trade (EUA)

Officials in the Office of the U.S. Trade Representative have signaled to stakeholders that they are hoping to table a proposal for a labor chapter in the Trans-Pacific Partnership (TPP) negotiations by late March, according to informed sources.

This would be at the time of the Singapore round of negotiations, which is slated to take place from March 28 until April 2, sources said.

In these closed-door meetings, USTR officials have conceded that they still have not made key decisions regarding the substance of the forthcoming labor chapter. For instance, USTR still has not decided whether it will push for labor protections that go beyond the obligations of the U.S.-Peru free trade agreement, sources said.

The U.S.-Peru FTA obligates signatories to adopt, maintain, and enforce the five basic internationally recognized labor standards as stated in the 1998 International Labor Organization’s Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work.



These are the freedom of association, collective bargaining, the elimination of all forms of forced or compulsory labor, the effective abolition of child labor, and the prohibition on the worst forms of child labor as well as the elimination of discrimination regarding employment and occupation.

These labor provisions were reflected in a May 10, 2007, agreement negotiated between the Bush administration and House Democrats after the original U.S.-Peru FTA had already been signed. The FTA was subsequently amended in order to incorporate these stronger protections.

"[W]e are seeking to develop text as soon as possible on labor in close consultation with Congress and stakeholders. We will table text when that process is concluded," a U.S. trade official said.

US trade gap has probably widened

The Sydney Morning Herald (Australia)

The US trade deficit probably widened in December for the first time in four months as the cost of imported oil climbed, economists said before a report this week.

The gap grew to \$US40.2 billion from the \$US38.3 billion shortfall in November, according to the median of 58 estimates in a Bloomberg News survey ahead of the Commerce Department's February 11 report. Other figures may show consumer confidence climbed this month and claims for jobless benefits fell.

In addition to oil, imports may have also been boosted by the need to rebuild inventories at the end of the year after American consumers spent at a faster clip in the fourth quarter. At the same time, manufacturers like Caterpillar are enjoying sales gains overseas as demand picks up from customers in emerging economies, including China and Brazil.

Advertisement: Story continues below

"In order to rebuild inventories of consumer goods, you would expect to see stronger import growth," said Jay Bryson, a global economist at Wells Fargo Securities Inc. in



Charlotte, North Carolina. "Export growth remains pretty strong as most trading partners are experiencing solid rates of growth."

With American factories churning out more goods to meet growing global demand, manufacturer shares have strengthened. The Standard & Poor's Supercomposite Industrial Machinery Index, which includes manufacturers such as Caterpillar and Deere & Co, has jumped 64 per cent in the past 12 months, almost three times the 23 per cent gain in the broader S&P 500.

Spending Climbs

Consumer spending, which accounts for 70 per cent of the US economy, rose at a 4.4 per cent annual pace in the fourth quarter, the biggest gain since in four years, according to Commerce Department figures.

China, set to become the world's second-largest economy this year, expanded 9.8 per cent in the fourth quarter from a year earlier. India grew 8.9 per cent in the third quarter and Brazil, South America's largest economy, advanced 6.7 per cent.

Caterpillar, the world's largest maker of construction equipment, posted fourth-quarter profit that topped analysts' estimates as sales advanced in China, Australia and Latin America. The Peoria, Illinois-based company said 2011 sales will top \$US50 billion after coming in at \$US42.6 billion last year.

"Sales are improving in every region, and are at or near records in the developing world," Mike DeWalt, director of investor relations at Caterpillar, said on a January 27 teleconference. "Over the past quarter, we've become somewhat more positive about economic growth in the developed economies of North America, Europe, and Japan."

Imported Oil

A product of stronger global growth is higher commodities costs. America's energy bill may have increased at the end of the year, boosting the value of imports in the Commerce Department's trade report. The price of imported petroleum climbed 3.9 per cent in December from the prior month, and was up 14 per cent from a year earlier, according to figures from the Labor Department.

Oil prices also partly reflect a weaker dollar, which is down 3.8 per cent in the year to January 28 against a basket of currencies of the US's leading trading partners. The

dollar's decline makes American-made goods cheaper for buyers abroad, boosting exports and helping generate more orders to US manufacturers.

President Barack Obama, who has set a goal of doubling American exports by 2014, said last month in his State of the Union address that the US has made progress.

Obama's on Exports

"Already, our exports are up," Obama said January 25. "Recently, we signed agreements with India and China that will support more than 250,000 jobs here in the United States. And last month, we finalised a trade agreement with South Korea that will support at least 70,000 American jobs."

Also on February 11, the Thomson Reuters/University of Michigan consumer sentiment index may have increased as the economy showed more signs of picking up and stocks increased. The preliminary February reading rose to 75 from 74.2 in January, according to the Bloomberg survey median.

A Labor Department report on February 10 may show fewer Americans filed initial jobless claims. New applications for unemployment benefits probably declined by 5000 to 410,000 in the week that ended yesterday, according to the Bloomberg survey.

Discutirán en Paraguay proyectos de integración regional con Europa

Prensa Latina

Asunción, 7 feb (PL) Miembros del Ejecutivo paraguayo, entre ellos el presidente, Fernando Lugo, discutirán hoy proyectos de negocios bilaterales y de integración con el comisario de Comercio de la Unión Europea (UE), Karel De Gucht.

Según fuentes oficiales, las conversaciones tienen como objetivo retomar el tratado de libre comercio entre la UE y el Mercado Común del Sur (Mercosur), cuya presidencia temporal ostenta Paraguay.

La UE inició negociaciones para un convenio con el Mercosur en 1995, pero fueron suspendidas desde 2004 hasta mayo del pasado año.

Trascendió igualmente que De Gutch sostendrá este lunes encuentros con representantes de asociaciones empresariales paraguayas para analizar proyectos de intercambio económico, vinculados principalmente a la promoción de inversiones y servicios.

El representante europeo realizará además una gira por las otras naciones miembros del organismo suramericano (Argentina, Brasil y Uruguay) para ultimar detalles del tratado, informó el sitio digital de la UE.

Las próximas rondas de negociaciones entre los dos grupos regionales están previstas para marzo próximo en Bruselas y en Asunción en mayo de 2011.

Datos oficiales indican que las inversiones de la UE en los países miembros del Mercosur ascienden a cerca de 249 mil millones de dólares, superior a las realizadas en China, India y Rusia juntas.

III. OUTROS

Inflexible currencies hurt Brazil: Geithner

Reuters

Treasury Secretary Timothy Geithner said on Monday Brazil is bearing a disproportionate burden from capital inflows because other emerging economies are trying to sustain undervalued currencies.

Seeking to cement common ground with Brasilia on the issue of China's undervalued yuan, Geithner called on such emerging markets with big trade surpluses and inflexible currencies to do more to rebalance the global economy.

This will aid Brazil and other emerging countries that have flexible exchange rates and open markets, he added, without specifically mentioning China by name.

"As countries with large surpluses act to strengthen domestic demand in their economies, open their capital markets and allow their currencies to reflect fundamentals, we will see



more balance in the flow of capital, less upward pressure on Brazil's currency, and more robust growth in Brazil's exports, especially manufacturing exports," Geithner said at a think-tank in Sao Paulo.

Geithner is making a one-day visit to Brazil -- his first as Treasury Secretary -- to nurture a rapidly improving relationship between Washington and Brasilia.

After strains in recent years over trade disputes and Brazil's cozy relationship with Iran, new President Dilma Rousseff has openly sought closer ties with the United States since she took office on January 1.

Ahead of the February 18-19 meeting of the G20 group of nations in France, both countries are seeking ways to cooperate to convince China to let its currency appreciate more quickly.

The undervalued yuan -- part of what Brazil has called a global currency war -- has posed a major problem for Brazil's otherwise prosperous economy by fast eroding its trade balance and transferring jobs abroad.

Geithner's comments came three days after the Treasury released a long-delayed report that declined to name China as a currency manipulator, but said the yuan was "substantially undervalued.

Geithner's visit is also designed to lay the groundwork for a trip by U.S. President Barack Obama in March, which officials on both sides say will signal a better era of cooperation between the Western Hemisphere's two biggest economies.

"Brazil's relationship with Washington will be driven less by ideology than in recent years," a senior aide to Rousseff told Reuters.

Rousseff, a pragmatic leftist, believes that closing ranks with Washington is one of the only avenues available to convince China to correct trade imbalances, advisers say.

"The United States is thrilled with the language the Brazilian government has been using in regards to global economic issues, in particular, regarding China," said Mauricio Cardenas, director of the Latin America studies program at the Brookings Institution, a Washington think tank.

COMMODITIES MARKETS



Rousseff also wants to work with Washington against France's proposal to tighten international commodity market regulations, a move it argues benefits only wealthy food importers and could stifle output by major food producers.

Lael Brainard, a U.S. Treasury undersecretary who is accompanying Geithner on the trip, said Brazil and the United States share common ground on the G20 commodities agenda and want to keep the focus on improving market functioning.

"The approach that we'll want to take there is to improve transparency in the commodity markets," she said. "But it's with a view to making markets function more effectively as opposed to supplanting markets."

Rousseff is also reevaluating a large jet fighter deal which France's Dassault was widely thought to have won, thus reconsidering bids by U.S.-based Boeing and Sweden's Saab.

Geithner, who will meet with Finance Minister Guido Mantega and central bank chief Alexandre Tombini, will also aim to discuss shared bilateral goals such as how best to rein in government spending and rebalance global growth.

He said that the United States was working to restore its own fiscal sustainability, with "growth friendly reforms to reduce our long-term deficits."

Geithner's remarks also raised the idea of capital controls as a potential policy tool that could help Brazil curb inflation brought about by rapid capital inflows. Raising interest rates alone may exacerbate the problem by attracting more inflows from countries with low rates, such as the United States.

"Countries facing an outsized burden of adjustment and overvalued flexible exchange rates may need to adopt carefully designed macro-prudential measures, as a complement to fiscal reforms," he added.

(Additional reporting by David Lawder and Glenn Sommerville in Washington; editing by Anthony Boadle)



EDITORIAL

O ano de 2011 poderá ser marcado por um novo capítulo do relacionamento União Europeia-Brasil. Além do importante impacto que o eventual acordo de associação entre o bloco europeu e o Mercosul poderá ter no relacionamento comercial bilateral, o ano será igualmente marcado pela realização em simultâneo da V Cúpula Brasil-UE e do 5.º Encontro Empresarial Brasil-UE, que ocorrerão em Bruxelas no dia 4 de outubro com a presença prevista da Presidenta Dilma Rousseff.

Esta e outras questões relevantes para a indústria brasileira continuarão a ser acompanhadas de perto pelo BBA, em coordenação de esforços com a CNI, a Apex-Brasil e as associações setoriais.

A primeira edição de 2011 do Informativo BBA, coincidente com o início da presidência húngara da União Europeia, aborda, entre outros assuntos, questões de concorrência relacionadas com empresas brasileiras que despertaram a atenção da Comissão Europeia, a modernização do mercado de licitações pública na União ou ainda as discrepâncias das sanções aplicáveis nos diversos Estados-Membros da União Europeia por infrações à regulamentação REACH.

Boa leitura!

Rui Faria da Cunha
Gerente Executivo



INDICE

Mercosul – União Europeia

- Comissão se manifesta sobre repercussões da abertura do mercado europeu aos países do Mercosul 2

União Europeia – Relações Externas

- UE/Sérvia – União Europeia apóia adesão à OMC e aprova Acordo de Estabilização e de Associação 2

União Europeia – Assuntos Internos

- Hungria assume Presidência do Conselho da União Europeia 3

Concorrência

- Comissão Europeia investiga acordo Portugal Telecom - Telefónica por ocasião do negócio com a Vivo 3
- Comissão Europeia investiga fusão Citrosuco-Citrovita 4
- Comissão Europeia aprova criação de empresa Shell-Cosan 5

Comércio

- Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu pede o fim da "guerra das bananas" 5
- Export Helpdesk da UE auxilia exportadores de países em desenvolvimento 6
- Comissão Europeia lança consulta pública sobre a modernização do mercado de licitações públicas na Europa 6

Reach

- Discrepâncias nas sanções aplicáveis 7

Breves

- Brasil adere ao Observatório Europeu do Sul 7
- Estônia adota euro 8

União Europeia – Quem é Quem

- José Manuel Durão Barroso 8



MERCOSUL - UNIÃO EUROPEIA

Comissão se manifesta sobre repercussões da abertura do mercado europeu aos países do Mercosul

Está disponível ao público desde março de 2009 um estudo acerca do possível impacto social, econômico e ambiental do acordo União Europeia/Mercosul. A informação do comissário europeu do Comércio, Karel De Gucht, veio em resposta à pergunta do euro-deputado português Nuno Melo quanto à existência de estudo sobre as repercussões que a abertura do mercado aos países do Mercosul terá sobre o setor agrícola da União Europeia. Segundo o Comissário, também que está sendo realizado um estudo

macroeconômico adicional que deverá estar disponível ainda no início de 2011.

Reconhecendo que o acordo de livre comércio pode afetar determinadas áreas da agricultura europeia, De Gucht acrescentou que poderão ser atribuídas algumas subvenções para essas áreas específicas. Ele salientou também que um dos objetivos do acordo será melhorar as condições de acesso para exportadores, investidores e prestadores de serviços europeus.

Para mais informações, clique nos seguintes links: [estudo sobre o impacto UE/Mercosul](#), [pergunta formulada pelo deputado Nuno Melo](#), [resposta do comissário Karel De Gucht](#).

UNIÃO EUROPEIA – RELAÇÕES EXTERNAS

UE/Sérvia – União Europeia apóia adesão à OMC e aprova Acordo de Estabilização e de Associação

Em 11 de janeiro, a União Europeia e a Sérvia – respectivamente, nas pessoas de Karel de Gucht, comissário europeu para o comércio, e M. Mladjan Dinkic, ministro da economia e desenvolvimento regional da Sérvia – assinaram um acordo bilateral referente à adesão deste país à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O acordo prevê, essencialmente, disposições relativas às taxas aduaneiras aplicáveis às trocas comerciais e uma abertura, em regime de reciprocidade, dos mercados de bens e serviços de cada um dos países. Para aderir à OMC, a Sérvia deverá ainda iniciar negociações bilaterais com outros membros da organização. Para entrar em vigor, o

acordo precisa ser ratificado pelos 27 Estados-Membros da UE.

Uma semana depois, em 19 de Janeiro de 2011, o Parlamento Europeu aprovou o Acordo de Estabilização e de Associação da UE com a Sérvia, assinado em 2008, e que prevê o estabelecimento de uma zona de comércio livre, permitindo à Sérvia considerar a possibilidade de uma futura adesão à União.

A adesão da Sérvia à UE depende ainda da sua cooperação com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, bem como de um clima de paz e de estabilidade de longo prazo com Kosovo.

Para mais informações, clique nos seguintes links: [Sobre o apoio da UE à adesão da Sérvia à UE](#), [Sobre a aprovação pelo Parlamento Europeu Acordo de Estabilização e de Associação da UE com a Sérvia](#).



UNIÃO EUROPEIA – ASSUNTOS INTERNOS

Hungria assume Presidência do Conselho da União Europeia

A Hungria, membro da União Europeia desde 2004, sucedeu a Bélgica e assumiu, pela primeira vez, em 1º de janeiro, a Presidência do Conselho da União Europeia.

O programa semestral da presidência húngara, sob o slogan “*Strong Europe*”, insere-se no programa conjunto de Espanha, Bélgica e Hungria, tendo como prioridades a estabilização da economia e dos mercados financeiros, a agricultura, a energia, a competitividade, o ambiente e as relações externas.

No plano comercial, pretende-se aproveitar as estruturas e possibilidades criadas pelo Tratado de Lisboa para promover as relações com países terceiros, considerados parceiros estratégicos. Outra prioridade da presidência húngara é completar a Rodada de Doha, no âmbito da OMC.

Dentro da Estratégia Europeia 2020 – ou seja, a definição da estratégia de crescimento para a próxima década nas áreas do emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia - o principal objetivo será fomentar a concorrência e o crescimento das pequenas e médias empresas.

CONCORRÊNCIA

Comissão Europeia investiga acordo Portugal Telecom/Telefónica por ocasião do negócio com a Vivo

A Comissão Europeia iniciou, no dia 24 de janeiro, uma investigação formal para determinar se um acordo celebrado entre a



Herman van Rompuy, presidente do Conselho da UE (à direita), e Viktor Orban, Primeiro Ministro húngaro.

Do ponto de vista legislativo, a atenção do Conselho estará voltada aos acordos bilaterais de investimento entre Estados-Membros e Estados Terceiros, à extensão do atual Sistema Geral de Preferências (SGP) e à indicação do país de origem de certos produtos importados.

O exercício da Presidência do Conselho da União Europeia se constitui em um dever e uma contribuição de cada Estado-Membro para o bom funcionamento das instituições comunitárias, e vincula grupos pré-determinados de três Estados-Membros, durante um período de 18 meses.

Para conhecer o programa da presidência húngara, clique neste [link](#).

Telefónica S.A. e a Portugal Telecom SGPS S.A., quando da aquisição do controle exclusivo da empresa Vivo pela operadora espanhola, infringiu as regras da UE em matéria de concorrência.



INFORMATIVO BBA

O acordo foi assinado em 2010, quando a Telefónica assumiu o controle da operadora móvel brasileira Vivo. Até então a Vivo era uma *joint venture* controlada, em conjunto, pela Telefónica e pela Portugal Telecom. O acordo prevê uma cláusula de não concorrência nos mercados português e espanhol, em vigor de setembro de 2010 até o final de 2011.

A investigação teve início considerando o artigo 101º do Tratado de Lisboa, que proíbe acordos e práticas suscetíveis de afetar o comércio e cujo objetivo ou efeito seja impedir ou restringir a concorrência, e deverá avaliar

Comissão Europeia investiga fusão Citrosuco-Citrovita

A Comissão Europeia decidiu, no dia 7 de janeiro, iniciar uma investigação sobre o projeto de fusão entre a Citrosuco, empresa do Grupo Fischer, e a Citrovita, do Grupo Votorantim.

A preocupação levantada é que a fusão resultaria na criação de uma empresa única, formada por dois dos maiores produtores mundiais de suco de laranja, com a capacidade de processar mais de 40% de todo o suco de laranja produzido e exportado pelo Brasil.

O vice-presidente da Comissão, Joaquín Almunia, encarregado da política de concorrência, declarou que "o suco de laranja integra a dieta de muitos consumidores europeus, mas estes provavelmente não têm consciência de que a maior parte do suco de laranja consumido no Espaço Econômico Europeu (EEE) provém do Brasil. A proposta de concentração alia dois dos quatro maiores fornecedores de suco de laranja na Europa, e

se esse acordo afetou mercados da Europa, especialmente Espanha e Portugal. A Comissão também vai examinar a cooperação existente entre as empresas antes da transferência de controle da Vivo, uma vez que em 1997, a Telefónica e a Portugal Telecom assinaram um acordo de cooperação sobre mercados fora da União Europeia.

De qualquer forma, a transação da Vivo não será afetada durante a investigação.

Para saber mais, clique neste [link](#).

é necessário assegurar que os consumidores europeus não serão adversamente afetados".

A Comissão deverá decidir, até 19 de maio, se o acordo prejudica uma concorrência efetiva no EEE ou em parte substancial do mesmo. Em caso afirmativo, a CE poderá bloquear a fusão.

Não seria a primeira vez que a Comissão consideraria incompatível com o direito da União Europeia a fusão de duas empresas oriundas de terceiros Estados. Um exemplo é a decisão de 2001 que bloqueou a aquisição da *Honeywell International Inc* pela *General Electric Co.'s*, negócio de US\$ 42 bilhões, que envolvia as duas empresas norte-americanas.

A Comissão Europeia pode bloquear as uniões empresariais que forem consideradas prejudiciais a uma concorrência efetiva no mercado da União, e se, mesmo assim, a fusão se concretizar, poderão ser aplicadas multas ou sanções pecuniárias compulsórias às empresas em questão. É possível recorrer das decisões da Comissão Europeia, quer de bloqueio da concentração, quer de



INFORMATIVO BBA

aplicação de qualquer sanção pecuniária, junto ao Tribunal Geral da União Europeia.

Comissão Europeia aprova criação de empresa Shell-Cosan

A Comissão Europeia autorizou, com base no Regulamento das Concentrações da UE, a criação de uma empresa comum entre a *Shell Brasil Holding B.V.*, propriedade do Grupo *Shell*, do Reino Unido, e a *Cosan S.A. Indústria e Comércio*, do Brasil. A nova empresa vai

Para mais informações, clique neste [link](#).

produzir, distribuir e vender açúcar, etanol e produtos afins.

Depois de analisar a operação, a Comissão concluiu que a união não apresentava riscos significativos à concorrência no Espaço Econômico Europeu (EEE) ou em parte substancial do mesmo.

COMÉRCIO

Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu pede o fim da “guerra das bananas”

Em reunião do dia 17 de janeiro de 2011, a Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu votou favoravelmente a uma recomendação para que o Parlamento Europeu aprove o acordo de Genebra, de 15 de dezembro de 2009, referente aos direitos aduaneiros que oneram as importações de bananas, ainda que considere que o acordo não contempla de forma adequada os interesses de todas as partes.

O acordo prevê o fim progressivo do tratamento preferencial dado aos exportadores de bananas de países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP). Os países da América Latina aceitaram desistir das queixas apresentadas junto à Organização Mundial de Comércio (OMC) contra a União Europeia (UE), comprometendo-se a não requerer reduções suplementares nas tarifas aplicáveis às bananas no quadro da rodada de Doha.

A UE irá, por seu turno, reduzir progressivamente os seus direitos sobre a importação de bananas provenientes da América Latina e auxiliará financeiramente os

países da ACP a adaptarem-se à concorrência latino-americana.

O Tratado de Lisboa estabelece que este tipo de acordo deve ser submetido à aprovação do Parlamento Europeu, mesmo que os deputados não possam modificar a sua redação. Ainda que haja a previsão de disposições financeiras especiais de apoio aos produtores europeus de bananas, deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde e do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia se opuseram à concordância do Parlamento, por considerarem que o acordo será proveitoso para as grandes empresas multinacionais americanas e, como tal, será prejudicial para os pequenos produtores europeus.

Considera-se, no entanto, que o acordo trará vantagens inegáveis para os consumidores europeus, pois a concorrência entre os produtores permitirá a aquisição de bananas a preços mais acessíveis.

A União Europeia representa o maior mercado para as exportações mundiais do produto, sendo que mais de 70% das bananas vendidas na UE provêm da América Latina (principalmente Equador, Colômbia, Costa



INFORMATIVO BBA

Rica e Panamá), cerca de 20% advêm dos países ACP (essencialmente Camarões, Costa do Marfim, República Dominicana, Belize e Suriname) e apenas 10% da própria União Europeia (Chipre, Grécia, Madeira, Ilhas

Export Helpdesk da UE auxilia exportadores de países em desenvolvimento

Para facilitar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados da União Europeia, a Comissão Europeia criou o serviço *on line* [Export Helpdesk](#), gratuito e de fácil utilização, que fornece informações úteis e necessárias aos exportadores que queiram oferecer seus produtos ao mercado europeu.

O site oferece informações sobre o cumprimento de determinados requisitos técnicos, tais como: rotulagem, controles

Comissão Europeia lança consulta pública sobre a modernização do mercado de licitações públicas na Europa

Foi lançada no passado dia 26 de janeiro, pela Comissão Europeia, uma consulta pública sobre a modernização do mercado de licitações públicas na Europa.

Com esta iniciativa, a Comissão Europeia pretende criar um espaço de debate aberto com as partes interessadas sobre a modernização, racionalização e clarificação das regras, instrumentos e métodos utilizados no domínio da licitação pública, de modo a obter, em igualdade de acesso, a adjudicação de contratos transparentes e concorrenciais, e simplificar a participação das autoridades públicas e empresas nos concursos públicos da União Europeia.

Canárias e departamentos franceses ultramarinos de Guadalupe e Martinica).

A recomendação será votada na sessão plenária do Parlamento Europeu no dia 3 de fevereiro. Para mais informações, clique neste [link](#).

fitossanitários e normas técnicas, requisitos jurídicos, e impostos nacionais aplicáveis em cada Estado-Membro.

Há também informações sobre direitos aduaneiros, regimes preferenciais aplicáveis a cada país, certificados de importação, regras de origem, e os principais acordos comerciais da União Europeia com países em desenvolvimento.

Podem, ainda, ser formuladas perguntas por meio de um formulário disponível no site.

Para mais informações, clique neste [link](#).

Segundo Michel Barnier, Comissário responsável pelo Mercado Interno e Serviços, "O objetivo é criar condições para que os contratos públicos possam contribuir para a criação de emprego, a inovação e a proteção do ambiente."

O Livro Verde (documento publicado pela Comissão Europeia destinado a promover uma reflexão a nível europeu sobre um assunto específico) identifica vários domínios que poderão ser alvo de reforma e convida as partes interessadas a apresentarem as suas sugestões sobre várias alterações legislativas até 18 de Abril de 2011.

Clique [aqui](#) para participar na consulta pública:

Clique [aqui](#) para consultar o Livro Verde:

Clique [aqui](#) para mais informações sobre a política de licitação pública na UE:



REACH

REACH - Discrepância nas sanções aplicáveis

O artigo 126º do Regulamento REACH estabelece que cada Estado-Membro da União Europeia é responsável pela aplicação das suas disposições, devendo estabelecer as penalidades efetivas, proporcionais e dissuasivas aplicáveis a eventuais infrações.

Isto conduziu a discrepâncias inevitáveis, como a aplicação de multas mais elevadas por países que adotaram sanções criminais com base no relatório elaborado pela Direção-Geral do Ambiente da Comissão

Europeia, de março de 2010, sobre sanções aplicáveis às infrações.

A medida gerou diferenças significativas nos valores das sanções, com alguns Estados-Membros aplicando valores máximos de € 5 mil e outros, de € 50 milhões, conforme tabela abaixo. Essas diferenças poderão fazer com que algumas empresas evitem países com as multas mais severas, o que poderá gerar distorções no mercado e reduzir o nível de proteção da saúde pública e do meio ambiente.

Estados-Membros	Valor da Sanção
Reino Unido e Irlanda	Até € 3 milhões
Polónia	Até € 4,5 milhões
Bélgica	Sanções criminais: Até € 50 milhões Sanções administrativas: € 1 milhão
Portugal	Sanções administrativas: Até € 2,5 milhões
Áustria, Lituânia, Malta e Romênia	No mínimo € 50 000
Bulgária, Chipre, Luxemburgo, Eslováquia e Eslovênia	Entre € 50 mil e € 100 mil
República Checa, Itália, Liechtenstein, França, Grécia, Alemanha	Entre € 100 mil e € 1 milhão
Letônia e a Lituânia	Até €5 mil

BREVES

Brasil adere ao Observatório Europeu do Sul

O Brasil assinou, em 29 de dezembro de 2010, um acordo formal de adesão ao [Observatório Europeu do Sul](#) (ESO), a mais relevante organização europeia intergovernamental para a investigação em astronomia e o observatório astronômico mais produtivo do mundo. Destaca-se por atuar na concepção, construção e funcionamento de observatórios

astronômicos terrestres de ponta, que permitiram importantes descobertas científicas.

Depois da ratificação governamental, o Brasil passará a ser o 15º Estado-Membro do ESO e o primeiro fora da Europa, juntando-se à Áustria, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Itália, Holanda, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia e Suíça.



INFORMATIVO BBA

Estônia adota o Euro

Em 1º de janeiro de 2011, a Estônia adotou o Euro como moeda oficial, tornando-se o décimo sétimo país da União Europeia a fazer

uso da moeda. A Estônia é o primeiro país da ex-União Soviética a integrar a Zona Euro.

UNIÃO EUROPEIA – QUEM É QUEM

José Manuel Durão Barroso

Presidente da Comissão Europeia

- ❖ Nasceu em Lisboa em 23 de março de 1956
- ❖ Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa
- ❖ Diplomado em Estudos Europeus pelo Instituto Universitário de Estudos Europeus da Universidade de Genebra
- ❖ Mestre em Ciência Política pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade de Genebra
- ❖ Primeiro-Ministro de Portugal entre 2002 e 2004 e Presidente da Comissão Europeia desde 2004
- ❖ Prêmios e distinções conferidos por instituições brasileiras:
- Título acadêmico da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro) Agosto de 2007;
- Doutor *Honoris Causa* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Março de 2008;
- Doutor *Honoris Causa* da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, Julho de 2010.

O presidente da Comissão Europeia é nomeado pelo Conselho e pelo Parlamento europeus para um período de 5 anos.

Entre os poderes que lhe são inerentes constam o controle da agenda política da Comissão, uma vez que todas as políticas devem ser propostas com o seu acordo. A atribuição de cargos aos membros da Comissão e a alteração ou demissão dos mesmos são igualmente prerrogativas do presidente da Comissão.



José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia desde 2004.

Para mais informações, contatar:

Rui Faria da Cunha
Brazilian Business Affairs
Avenue des Arts, 19 A/D
B-1000 Brussels
BELGIUM

Tel: +32 (0)2 211 05 30
Fax: +32 (0)2 211 05 31
bba.europe@apexbrasil.com.br
www.apexbrasil.com.br
www.cni.org.br